

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ ALEXANDRE DANTAS BARBOSA

DITADURA NO BRASIL, O GOLPE MILITAR DE 1964.

CURITIBA
2011

LUIZ ALEXANDRE DANTAS BARBOSA

DITADURA NO BRASIL, O GOLPE MILITAR DE 1964.

Monografia apresentada a Coordenação de Políticas Integradas de Educação a Distância da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação a Distância.

Orientadora: Prof.^aDr.^a Rosa Maria Zagonel
Coorientadora: Prof.^a Vanessa Rocio Belão

CURITIBA
2011

Dedico esta monografia a Deus, o que seria de mim sem a fé que tenho nele; a minha esposa, Waleska Cristina, que esteve ao meu lado durante toda essa batalha; meus pais Luiz Barbosa e Terezinha Dantas, que através de muito amor me trouxeram ao mundo; meus filhos Alexandre Hugo, Karen Teluany, Aissa Eduarda e Alexandre Vitor que são a razão de todo o meu esforço e aos meus irmãos Alex e Larissa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por confiar a mim esta missão; a minha esposa, por ter ajudado nas revisões dos textos e a minha orientadora, Rosa Maria Zagonel, que me guiou durante todo este trabalho.

Houve uma ditadura no Brasil, a partir de 1964. Em 1968, ela piorou. Seu desmonte se iniciou na segunda metade dos anos 70, impulsionado por movimentos sociais muito expressivos – mobilizações populares, crescimento de setores da oposição, greves e lutas contra carestia e o desemprego (...) e por eleições diretas, embora alguns jornalistas, cientistas sociais e historiadores, prefiram associar esse fim, prioritariamente, a uma espécie de “vontade esclarecida” dos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, repetindo argumentos de ambos, o que, antigamente, era denominado “História Oficial” ou um passado ainda mais remoto, “Ideologia”.

Marcos Silva (2006)

RESUMO

O movimento militar de 1964, que derrubou o populismo no Brasil, foi um episódio político que marcou a história republicana brasileira, e ainda provoca debates comportando um vasto campo de pesquisas sobre pontos de vistas variados, na busca de compreender cada vez mais a dimensão e complexidade do fenômeno. O presente trabalho estuda o período de 1964 a 1968, fase de grandes acontecimentos no regime político que se estabeleceu a partir de 1964. Nessa perspectiva, o objetivo se encontra em estudar os acontecimentos políticos e sociais que antecederam o momento em questão, como forma de reconhecer a sua significação na instauração da ditadura que se legitimou através dos Atos Institucionais, que deram o amparo legal para a situação que se estabeleceu no país. Vários são os autores na historiografia mundial e brasileira que discutem a conjuntura nacional da década de 60, pois ela nos faz compreender a sua importância para o processo histórico que se desenvolveu a partir daquelas décadas. Também importante nesse contexto são as concepções do movimento de 1964, trazendo análises profundas dos acontecimentos, que explicam como se deu a consolidação do regime após o golpe. Analisa também os acontecimentos daquele período no Estado do Rio Grande do Norte. O trabalho que tem como título: **DITADURA NO BRASIL, O GOLPE MILITAR DE 1964**, explica como a sociedade brasileira viveu e qual foi sua participação nos acontecimentos daquele momento. O curso será realizado na modalidade a distância, Utilizando-se o ambiente virtual de aprendizagem Moodle e tem por objetivo propiciar que os participantes vivenciem uma experiência colaborativa.

Palavras-chave: Populismo. Golpe. Ditadura.

ABSTRACT

The 1964 military movement, that finished the populism in Brazil, it was a political event that marked the Brazilian republic history and in our current days occasion contests in different points of view, searching to comprehend more and more the dimension and complexity of the fact. This research shows the period between 1964 and 1968 years, time of the great happenings in the political system. In this point of view, the objective is studying the political and social facts before that movement, to recognize its signification in the establish of dictatorship, that legitimated itself through Institutional Acts. This Acts gave legal support to that situation in country. There are many authors in Brazil and world that contest the national conjuncture in 60's. Its help us to understand the historic process developed. The conceptions of the 1964's movement are important too, because it bring deep analysis of the event, explaining how happened the consolidation of the system after deal. This research analyses the Rio Grande do Norte state in that epoch, too. The research title is **DICTATORSHIP IN THE BRASIL, THE 1964 MILITARY DEAL**, explain how the Brazilian society participated and lived that event.

Keys Words: Populism. Deal. Dictatorship.

SUMÁRIO

1.0INTRODUÇÃO	09
2.0 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	10
3.0OS ANOS 60 NO BRASIL	13
3.21960: ELEIÇÃO E RENUNCIA DE JÂNIO QUADROS	15
3.3.1A conturbada posse de João Goulart.....	19
4.0O MOVIMENTO DE 64.....	22
4.1OS MILITARES NO PODER	26
4.1.1O governo de Castelo Branco	29
4.1.2O governo de Costa e Silva	36
4.1.3Estrutura legal do novo regime.....	43
5.0ANOS 60 E O REGIME MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE	49
5.1O GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE	53
6.0METODOLOGIA.....	58
6.1AVALIAÇÃO.....	60
7.0CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

1.0 – INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado foi elaborado para fazer parte da grade curricular do curso de formação de soldados, da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. O módulo em questão, que será realizado na modalidade a distância, buscará mostrar e conscientizar os alunos sobre o que ocorreu no período do golpe militar (1964). Tratará dos fatos políticos, econômicos e sociais que influenciaram nos acontecimentos que levaram à implantação da ditadura militar no Brasil, na década de 1960, sob o título de: **DITADURA NO BRASIL, O GOLPE MILITAR DE 1964**. A pesquisa se delimitou nos anos de 1964 (o início do golpe) a 1968 (o seu endurecimento) período onde ocorreram os principais acontecimentos da revolução. Nessa perspectiva a pesquisa teve como objetivo estudar os acontecimentos políticos e sociais dos anos anteriores ao período em questão. Com isso, compreenderemos os motivos que levaram à instauração do movimento, sua repressão e a violação dos direitos humanos, pelo Ato Institucional Nº. 5 (AI-5). Também busca discutir a conjuntura brasileira dos anos 60, pois eles nos farão compreender o processo histórico que se desenvolveu a partir daquela década. Assim, a pesquisa se utilizou de uma bibliografia de referência teórica específica sobre o tema, tanto de autores internacionais como nacionais, locais e também pesquisas na internet. O trabalho foi dividido em quatro partes; na primeira, foi abordada importância da Educação a Distância. Na segunda, foi pesquisada conjuntura nacional dos anos 60, como forma de fundamentar a compreensão para o processo histórico que se desenvolveu a partir de então. Na terceira parte, o destaque fica para o movimento militar, onde analisamos os diversos acontecimentos para explicar a situação que se consolida após a queda do populismo. Nesse capítulo aproveitamos para analisar também a estrutura legal do novo regime, onde encontramos na legislação dos Atos Institucionais o amparo legal para situação que a revolução estabeleceu no país, no decorrer de mais de 20 anos. Finalmente, na quarta e última parte do estudo, analisaremos os acontecimentos locais (Rio Grande do Norte) no período.

2.0 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

De acordo com a legislação educacional brasileira, educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (definição que consta no Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o art. 80 da LDB lei n.º 9.394/96).

O mundo vem se conectando com uma grande velocidade, nas novas tecnologias e ferramentas da Educação a Distância, fazendo com que as instituições e os profissionais do Ensino Básico, Fundamental, Médio e Superior busquem e aprimorem seus conhecimentos neste segmento da educação. O Brasil através de políticas educacionais específicas para esse novo contexto vem definindo programas de inclusão e interação a essa nova maneira de ensinar.

A EaD proporciona condições para que as instituições educacionais brasileiras atendam a nova demanda da educação. Pois, a EAD abrange um leque maior de alunos por se tratar de uma modalidade que não exige horário nem local fixo para que a aprendizagem seja desenvolvida.

Moran (2002) define a EAD como um processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados pelo espaço e tempo.

As inovações tecnológicas provocaram um impacto sem precedentes em nossa sociedade na segunda metade do século XX. Chamamos a sociedade em que vivemos hoje de sociedade da informação que estabeleceu uma nova forma de organização social. Na educação não poderia ser diferente, as inovações tecnológicas trouxeram o ensino a distância. Com isso, foram criados cursos, pelo Governo Federal e o MEC, que trouxeram a possibilidade de várias pessoas, da sociedade brasileira, ingressar em uma Universidade.

Talvez um dos maiores entraves ao processo de adaptação do sistema público de educação ao novo padrão de ensino a distância esteja vinculado aos processos lentos de mudança dos paradigmas para a construção efetiva de um novo modelo de educação.

Temos, portanto, por meio da Educação a Distância uma oportunidade sem igual, pois podemos ter, simultaneamente, o ensino atuando em uma dimensão mais ampla fazendo com que os cursos deixem de ser apenas repassadores de informações. A mudança dessa concepção exige um ensino centrado num amplo programa de conexão entre docente e discente que faça com que eles percebam que a ênfase não está na tecnologia, a ênfase está na possibilidade de democratização da educação e discussão livre, das pessoas poderem se encontrar e debaterem, onde a formação se dê de forma continuada, num misto de presença e distância. Essa concepção de informação possibilita a inúmeras pessoas estarem participando, trocando, discutindo e descobrindo novas formas de fazer e validar competências e experiências singulares.

O uso das redes como uma forma de interação no processo de pesquisa ampliando, também, a ação de comunicação entre o aluno e professor orientador e o intercâmbio intelectual e cultural. Desta forma, o auxílio da Internet proporcionará a quebra de barreiras, de fronteiras removendo o isolamento da sala de aula, acelerando a autonomia da aprendizagem do aluno em seus próprios ritmos.

A Internet faz com que se perceba uma nova dimensão qualitativa para o ensino, colocando o ato educativo voltado para a visão cooperativa. Além do que, o uso das redes traz à prática pedagógica um ambiente atrativo, onde o aluno se torna capaz, através da autoaprendizagem e de seus professores, de poder tirar proveito dessa tecnologia para sua vida.

Para que se consiga um maior dinamismo nos processos e atividades educativas é necessário incluir as novas tecnologias que irão trazer, novos e constantes conhecimentos, o prazer de estudar, de aprender, criando e recriando, promovendo a verdadeira aprendizagem e o renascimento constante do indivíduo, ao proporcionar uma interatividade real e bem mais verdadeira, burlando as distâncias territoriais e materiais. Significa impulsionar o aluno, enfim, o sujeito a se retirar da pessoa da passividade.

Para que se tenha uma boa aprendizagem é necessário que haja uma parceria entre o aluno e o professor, pois, a construção do conhecimento depende desses dois sujeitos. Para que se possa haver um ensino mais significativo, que envolva a todos, as aulas precisam ser participativas, interativas, envolventes, tornando o aluno sempre "agente" na construção de seu próprio conhecimento.

A tutoria é o método mais utilizado para efetivar a interação pedagógica, e é de grande importância na avaliação do sistema de ensino a distância. Os tutores comunicam-se com seus alunos por meio de encontros programados durante o planejamento do curso. O contato com o aluno começa pelo conhecimento da estrutura do curso, e é preciso que seja realizado com frequência, de forma rápida e eficaz. A eficiência de suas orientações pode resolver o problema de evasão no decorrer do processo.

Existem significativas diferenças entre o professor-autor e o professor-tutor, embora ambos sejam profissionais virtuais. O professor-autor desenvolve o teor do curso, escreve e produz o conteúdo e atua na organização dos textos e na estruturação do material. É preciso que ele conheça as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de desenvolvimento para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho de texto e do conteúdo do curso, de forma a contemplar todas essas potencialidades (Maia, 2002).

A preocupação basilar, da Educação a Distância, é a democratização e o acesso ao saber escolarizado, para atender a demanda imposta pela sociedade contemporânea, como uma das formas de superação de exclusão social. É importante evidenciar partindo da reflexão da Preti (1996) que se antes existiam muitas resistências e preconceitos quanto a esta modalidade, parece que a conjuntura econômica e política no limiar do milênio acabou encontrando nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação.

3.0 - OS ANOS 60 NO BRASIL

No Brasil a década de 60 tem início com um fato político de grande repercussão. Pela primeira vez na história do país, um presidente toma posse em Brasília, nova capital do Brasil. Nesse período o eleitorado do país crescera de forma bastante considerável, devido à “urbanização”, e um aumento de pessoas interessadas em participar da política também. O eleitorado passa de 5,9 milhões de eleitores em 1945, para 11,7 milhões em 1960, última eleição presidencial direta até 1989 (SKIDMORE, 1996).

Os dados estatísticos populacionais demonstram que a população também crescera durante os anos 60. A população residente no país na década de 50 era de 51. 944 397 milhões de habitantes, e no período de 60 chegaram à marca de 70. 070 457 milhões de habitantes, dos quais 31. 303 034 milhões residiam na zona urbana e 38. 767 423 milhões na zona rural. A densidade demográfica no Brasil passou de 6,14 habitantes por quilômetro quadrado (km²) em 1950, para 8,29 na década de 60 (IBGE, Anuário Estatístico do Brasil/2000).

Segundo dados do governo em 1961, a situação financeira do Brasil era extremamente difícil. A dívida externa era de 3,8 bilhões de dólares, onde 600 milhões se venciam no mesmo ano. O balanço dos pagamentos estava em déficit, chegara a 410 milhões de dólares para exportação totalizando 1,7 bilhões de dólares. O déficit orçamentário previsto para o ano de 61 passava de 100 bilhões de cruzeiros, aproximadamente um terço da receita que se previa para o exercício. O preço do pão e dos combustíveis teve um aumento de 100%, por causa da redução dos subsídios de importação de trigo e petróleo, “pacote ortodoxo” lançado pelo governo de Jânio Quadros. Diante de algumas medidas tomadas por este governo, o clube de Haia, constituído por credores americanos e europeus “reescalonaram” a dívida do Brasil em 1961, e outros empréstimos foram realizados junto aos Estados Unidos, com apoio do presidente John Kennedy. Em 1960 a inflação superava 30% ao ano (FAUSTO, 2006).

No Rio de Janeiro, o custo de vida no decorrer de 1962 chegou a 18% e 31% em 1963. No Brasil o índice inflacionário em 1962 atingira 52% e com previsão para atingir 75% no final de 1963. Em julho deste mesmo ano, os débitos brasileiros no exterior somavam aproximadamente três bilhões de dólares e as amortizações e os

juros tinham programação de elevação de 1,8 bilhões de dólares nos anos de 1963-65 (SKIDMORE, 1996).

No plano social, a década de 60 passou por importantes transformações estruturais, assinaladas pelo “crescimento urbano”, e por um rápido processo industrial. Nesse momento, os movimentos sociais avançaram e surgiram novas figuras. Por causa de um forte descontentamento da população rural e a consciência de sua situação de extrema submissão, surgiu o movimento rural. Onde, o mais importante representante desse movimento no período, foram as Ligas Camponesas, que tinha como seu líder o advogado e político de Pernambuco Francisco Julião. Este organizou os trabalhadores rurais com o desejo de melhorias para os camponeses. Em março de 1963 o governo aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, a partir dessa aprovação o trabalhador do campo adquirira algumas vantagens: A carteira profissional; aquisição do salário mínimo; regulamentação da duração do trabalho; direitos como as férias remuneradas e o repouso semanal.

Já os estudantes, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) se mobilizaram em torno da proposta de transformação social. Alguns segmentos da Igreja católica, também lutavam por esse ideal, como é o caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que insistia na “validade” da proposta de transformação social para enfrentar a miséria e a mortalidade precoce da população.

O movimento operário nos anos 60 merece uma atenção especial. As direções sindicais eram principalmente compostas de trabalhadores e comunistas que exerciam atividades junto ao governo. Em 1961, essas direções assumiram o controle da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), considerado órgão de centro do sindicalismo nacional. No ano de 1962 a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) foi criada. Mas os sindicatos se transformaram em instituições de “caráter político”, e passaram a abandonar as reivindicações tipicamente operárias. Contudo, o número de greve aumentou consideravelmente na década do golpe, tendendo para o setor público. Em 1963 foram registrados 172 movimentos grevistas, sendo que, 58% no setor público, um aumento considerável se comparado com os 31 movimentos registrados em 1958, dos quais, 80% no setor privado. Isso nos mostra que o setor público tornou-se majoritário no que tange aos movimentos grevistas. E o aumento das greves é entendido como o “avanço da mobilização social” (FAUSTO, 2006).

Em 1960, a situação do sistema educacional do Brasil tinha melhorado. A educação primária e secundária era de responsabilidade dos municípios e dos estados. Porém, menos de 10% dos alunos que se encontravam matriculados no ensino de primeiro grau, concluíam o curso primário, e somente 15% dos estudantes secundários conseguiam terminar o curso. As causas desse problema incluíam a contratação de professores com recursos inadequados, e também, a construção de escolas, “indiferença dos pais”, poucos recursos financeiros, “pressão” dos pais para que seus filhos não estudassem e sim trabalhassem, entre outros. Na maioria das cidades as melhores escolas secundárias eram da rede particular, onde atendiam os filhos dos ricos que levavam grande vantagem nos exames de admissão das Universidades Federais. Mais da metade das verbas para educação era destinada para estas Universidades. Na verdade, o governo trabalhava contra a “ascensão social via educação” (SKIDMORE, 1988).

Mas, o governo lançou também alguns programas na área educacional. Em 1962, o Estado pôs em atividade a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo, a Comissão de Cultura Popular em 1963 e o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) no ano de 1964, este último deveria assumir a nível nacional o método Paulo Freire, que tinha como objetivo alfabetizar em 40 horas incitando a conscientização, uma das “palavras-chaves” daquele momento (PAES, 1993).

3.2 – 1960: ELEIÇÃO E RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS

Nas eleições presidenciais ocorridas em 1960, o governo teve uma enorme dificuldade para indicar um candidato que fosse carismático, que chamasse a atenção do povo e desse continuidade à política desenvolvimentista, pois não havia nenhum político no Partido Social Democrático (PSD) com essas características. Além do mais, o governo passava por uma grave crise econômica. Tentou-se uma aliança com a União Democrática Nacional (UDN), mas esta, liderada por Carlos Lacerda, era favorável à candidatura de Jânio Quadros, que não tinha partido definido e vinha em uma ascensão incrível no mundo da política: Professor Paulista, elegeu-se Vereador na cidade de São Paulo em 1947, Deputado Estadual em 50, Prefeito em 53 e Governador do Estado em 1954 (derrotando Ademar de Barros do Partido Social Progressista (PSP), poderoso líder político, que veio a se tornar Deputado Federal no ano de 1958).

Devido a sua eficiência administrativa e seu descomprometimento com partidos políticos, Jânio se tornou a preferência de vários partidos. Foi então formado movimento suprapartidário, denominado Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que junto com o Partido Trabalhista Nacional (PTN) o lançaram rumo à Presidência da República. Este recebeu também o apoio de outros partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL), Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR). Já o (PSP) optou por lançar candidato próprio, Ademar de Barros.

O PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) decidiram manter a aliança que havia sido bem sucedida na última eleição. Como representantes dessa aliança, os partidos indicaram o Marechal Henrique Lott para presidente e João Goulart para vice. Esse último não era bem visto pelos militares, nem pelo setor mais conservador do PSD. Contudo, foi acordado seu nome para concorrer ao cargo. Jango foi indicado pelo PTB.

Os udenistas viram na candidatura de Jânio Quadros a possibilidade de derrubar as oligarquias do PSD e PTB, que dominavam naquela época a política nacional. Jânio se encontrava em uma situação muito favorável, pois tinha o apoio de vários partidos. Ele aceitou entrar na disputa, mas disse aos aliados que teria independência nas negociações partidárias.

As divergências entre Jânio e a UDN começaram a se apresentar ainda na campanha eleitoral, Tendo em vista que ele prometera em seu palanque metas defendidas pelo PTB, como por exemplo, ter sob seu controle as remessas de lucros para o exterior e tornar a Petrobrás uma empresa forte. A viagem que fez a Cuba, a demonstração de sedução que tinha pelo socialismo implantado naquele país e sua posição em relação à política externa fez com que a UDN começasse a olhá-lo com desconfiança (SKIDMORE, 1996).

Em outubro de 1960 Jânio Quadros venceu as eleições com 48% dos votos, enquanto o segundo colocado (Henrique Lott) ficara com 32% e o terceiro (Ademar de Barros) 20%. Entretanto, a aliança PSD-PTB conseguiu eleger como Vice-Presidente João Goulart. Com a vitória de Jânio, enfim, a oposição consegue acabar com a hegemonia de 15 anos do PSD. Mas o presidente não tinha a maioria no Congresso. Com isso, não demorou para que aquele logo entrasse em conflito com os deputados. Essa divergência foi uma das causadoras da enorme crise que ocorreu em 1961, levando posteriormente à renúncia do Presidente da República.

Em 31 de janeiro de 1961, são nomeados ao cargo de presidente e vice, Jânio Quadros e João Goulart. Logo Jango percebeu que, pelas atitudes tomadas por Jânio, seria impossível manterem um bom relacionamento. O chefe do executivo havia escalado para compor os ministérios militares (Marinha, Exército e Aeronáutica), indivíduos que se faziam contrários ao grupo nacionalista. Já na política econômica seguiu as recomendações do FMI. Jânio dizia que iria moralizar o país e para isso instaurou inquéritos que foram presididos por militares. Ele dizia que com isso “criaria uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral” tendo com seu maior alvo a administração pública. Nem mesmo Jango escapou, sendo indiciado em um processo onde dizia que ele havia sido beneficiário de propagandas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) e do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Estas teriam sido pagas com verbas públicas. No entanto, os inquéritos não surtiram nenhum efeito. Na política interna Jânio seguiu uma linha conservadora que agradava os Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, na política externa ele queria liberdade para fazer negócios com qualquer país. Uma prova disso, foi ele ter sido contrário aos americanos quando quiseram se armar contra Cuba, quando esta se tornou uma nação socialista. Ele também se aproximou dos países socialistas do leste europeu, querendo com isso manter um bom relacionamento diplomático e comercial. O Presidente Jânio Quadros afirmava ser contra o Colonialismo e justificava dizendo que os povos tinham o direito de serem livres.

A UDN começou a afastar-se de Jânio por terem ideias contrárias. Os udenistas também não concordavam com o rumo que o executivo estava tomando.

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara-se para oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária, causava preocupações (FAUSTO, 2006, p. 242).

Isso fez com que o presidente reorganizasse seus planos econômicos, voltando-os agora para o desenvolvimentismo, e investindo mais na política externa independente, fazendo Goulart começar a ver o presidente como um aliado.

Lacerda, já eleito governador da Guanabara, em discurso transmitido pelo rádio na noite de 24 de agosto de 1961, denunciou a existência de um golpe pelos

“janistas” coordenado pelo Ministro da Justiça Oscar Pedrosa Horta, que teria lhe convocado para aderir ao golpe. No dia 25 de agosto, sem dar maiores esclarecimentos, Jânio “subitamente” renunciou à presidência, logo comunicada ao Congresso Nacional, que aceitou de imediato. Na sua carta de renúncia, Jânio Quadros dizia que “forças terríveis” levantaram-se contra ele. Nessa mesma época João Goulart havia recebido um convite oficial para visitar a China. Ele aceitou o convite e foi recebido pelo próprio Mao Tsé-Tung em agosto de 1961. Foi durante esta visita que ficou sabendo da renúncia do presidente (FAUSTO, 2006).

A 25 de agosto, num momento de grave erro de cálculo, submeteu sua renúncia ao Congresso que, prontamente, aceitou (...) Quadros, o outsider político, havia despertado tanta incerteza entre os políticos profissionais de todos os partidos, em Brasília, que eles se sentiram aliviados ao vê-lo entregar o poder. (SKIDMORE, 1996, p. 248).

De acordo com a Constituição, o vice-presidente assumiria o cargo de presidente em caso de vacância do mesmo. Só que os militares eram contra a escalada de Jango ao comando do poder executivo nacional. Houve grande mobilização no país, tanto a favor quanto contra sua posse. Essa indecisão causou uma grande crise no Brasil. Como o vice-presidente não se encontrava em território nacional, quem assumiu a presidência interinamente foi o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli (SKIDMORE, 1996).

3.2.1 - A conturbada posse de João Goulart

Os ministros militares junto com uma parcela da sociedade civil formaram uma barreira de oposição a Goulart. Os ministros temiam o retorno de Jango ao País, pois consideravam “inadequado por motivos de segurança nacional”. Eles tinham medo que, assim que assumisse o governo, Jango levasse o Brasil para o lado comunista. O país estava dividido. Goulart teve forte apoio no Rio Grande do Sul através de Brizola, Governador do Estado, e do Comandante do 3º Exército, General José Machado Lopes. Estes começaram uma corrida para conduzir Jango ao poder. Fizeram uma campanha nacional utilizando mais de cem emissoras de rádio. Com objetivo de tentar sensibilizar a população a apoiar a posse de Goulart.

Os deputados federais também se dividiram no Congresso. A grande maioria não aceitou o pedido dos militares de impedir que Jango assumisse o poder executivo federal. Foi nesse contexto que os congressistas lançaram a proposta do país passar a ser administrado por um regime Parlamentarista. Neste momento aumentava o apoio a João Goulart por parte dos intelectuais, trabalhadores e estudantes. Vários outros políticos de renome nacional começaram a conclamar a legalidade. Podemos citar como exemplo os governadores de Goiás e Paraná, respectivamente, Mauro Borges e Nei Braga. Enquanto no Brasil se tentavam acordos que agradasse a ambas as partes, Jango se encontrava ainda fora do país, mas já se encaminhava para o território Brasileiro. Fez parada em várias cidades como Singapura, Paris, Nova Iorque e Montevideu. Foi neste último que resolveu aceitar o regime Parlamentarista, mesmo sabendo que tinha um forte apoio dos grandes setores brasileiros para continuar o presidencialismo (SKIDMORE, 1996).

A 2 de setembro, o Congresso adotou a emenda instituindo um sistema parlamentarista (...) a 5 de setembro de 1961, Jango chegou a Brasília (...)
A 7 de setembro de 1961, no dia em que o Brasil completava cento e trinta e nove anos de independência, João Goulart prestou juramento como Presidente da República. (SKIDMORE, 1996, p. 260).

Enfim, a grande crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros havia se resolvido sem a necessidade de conflitos armados.

Depois que João Goulart toma posse, a esquerda fica numa verdadeira euforia. Jango defendia as reformas de bases e, além disso, defendia também a reforma fiscal, bancária, agrária, universitária, entre outras. Prometera que lutaria

pelo voto dos analfabetos e oficiais de baixa patente das forças armadas; colocaria o Partido Comunista Brasileiro (PCB) novamente na legalidade; faria o controle de capital estrangeiro e estatização de setores básicos da economia. Entretanto, o Brasil agora passara ao regime Parlamentarista e o presidente perdera o poder de tomar estas decisões.

O Parlamentarismo teria a vigência restrita. Nove meses antes de acabar o mandato do presidente, deveria realizar-se um plebiscito onde o povo brasileiro decidiria se continuaria o Parlamentarismo ou voltaria ao Presidencialismo. Durante esse tempo Jango procurou fazer alianças que pudessem ajudá-lo, buscando um entendimento até mesmo com seus opositores, para conseguir os poderes do executivo de volta.

Depois das eleições de 1962, o Congresso Nacional muda sua face: agora o PTB, que teria escolhido João Goulart para compor a chapa de Lott como vice, conseguiu uma votação expressiva, ganhando espaço da UDN e ficando atrás apenas do PSD, que continuava liderando o número de cadeiras.

A UDN e o PSD que estiveram sempre em lados opostos, começaram a se aliar. O PSD era considerado um partido de centro, e estava sempre tentando amenizar as crises que ultimamente vinham ocorrendo no país, mas deixou essa posição e passou a fazer parte da ala contra o governo. Já a UDN continuou com seu papel que já era de oposição.

Começaram, nesse momento no Brasil a surgir várias organizações tanto a favor como contra as reformas de Jango. Dentre os que eram contra estavam, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Estes institutos eram financiados por setores empresariais antagonistas a Goulart (FAUSTO, 2006).

Já na ala favorável a Jango, à esquerda, havia uma luta acirrada pelo direito de conduzir o movimento popular. Os partidos comunistas eram constituídos por duas organizações: o PCB, ligado à União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que se aproximara dos princípios chineses. Nesse mesmo período havia também a Política Operária (Polop); Ação Popular (AP), que tinha ligação com a Igreja Católica; as Ligas Camponesas, dirigidas por Francisco Julião, e o próprio PTB, que tinha como líder de sua ala radical Leonel Brizola. A Igreja também fazia parte do teatro de operações políticas e estava dividida em duas alas, a do Movimento Eclesiástico de Base (MEB), que fazia

um trabalho de alfabetização e eram os politizados; e o outro lado, o mais conservador, que organizava manifestações contra o executivo do país. Havia ainda os estudantes que tiveram uma efetiva participação na política do país. Sua principal organização era a União Nacional dos Estudantes (UNE). (CALICCHIO, 2007).

4.0 - O MOVIMENTO DE 64

No governo de João Goulart, os “movimentos sociais” haviam avançado expressivamente no país. O número de sindicatos e greves aumentou consideravelmente. As grandes movimentações operárias que ocorriam, eram consideradas uma ameaça por grupos conservadores. Em 13 de março de 1964, o Presidente anunciava em um comício gigante, no Rio de Janeiro, em frente a Estação de Ferro Central do Brasil, o conjunto de medidas popularmente conhecida como Reformas de Base. Essas medidas proporcionariam mudanças em quatro seguimentos do governo: agrária, tributária, administrativa e financeira. Estas mudanças atenderiam a necessidade de vários setores da sociedade brasileira, porém, o anúncio das reformas assustou a classe média, as elites e as forças armadas, que começaram a conspirar contra o presidente Jango.

Em resposta ao comício da Central do Brasil, a oposição organizou em São Paulo, a 19 de março, a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. As Associações das senhoras católicas, que tinham ligações com a Igreja de característica conservadora, tomaram a frente do evento. Aproximadamente 500 mil pessoas foram às ruas, para protestar contra as atitudes do governo.

Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja conservadora. Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas da cidade a 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base social de apoio. Um grave acontecimento militar ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores (FAUSTO, 2006, p.254).

Várias rebeliões ocorriam no interior das forças armadas, e serviram ainda mais para aumentar o clima de conspiração.

Alguns dias depois da Marcha, iniciou-se no Rio de Janeiro uma revolta de marinheiros. A Associação de marinheiros, que tinha como seu líder maior o Cabo José Anselmo, reivindicava melhores condições de trabalho, melhores salários, lutavam pelo direito de poder se casar e de usarem roupas civis, quando estivessem fora de suas responsabilidades militares. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, no dia

24 março, determinou a prisão dos líderes da Associação, acusando-os de destruidores da hierarquia. Os dirigentes da entidade resistiram à ordem de prisão. No dia seguinte, cerca de dois mil soldados da Marinha e dos Fuzileiros Navais, com a presença dos seus líderes, se reuniram na sede do sindicato dos metalúrgicos, com o intuito de solicitar novas reivindicações, como também comemorar o segundo aniversário da instituição.

Revoltados, os praças foram cercados por tropas do Ministro Mota, que contou com auxílio do I Exército e de um grupo de soldados navais. Contudo, um dos líderes da CGT, Dante Pellacani, interveio no conflito, junto com outros líderes políticos, e por meio de negociação o problema foi solucionado.

Após a revolta Sílvio Mota pediu demissão, alegando que estava sem prestígio. Goulart aceitou a demissão. Para substituí-lo, Jango nomeou Paulo Rodrigues, um Almirante reformado, personalidade de fraca influência, que por indicação dos homens fortes da CGT assumira o cargo de Ministro da Marinha. O Ministro Rodrigues anunciou que não puniria os praças revoltosos. Este fato deteve grande repercussão junto às forças armadas, a oficialidade da Marinha julgou o ato do ministro “como um incentivo à quebra da hierarquia militar” (FAUSTO, 2006).

De acordo com Skidmore (1996, p. 361) “O General Castelo Branco dissera aos conspiradores civis que a demissão do ministro da Marinha seria o sinal para a deposição de Jango”. Diversos eram os grupos civis aliados dos militares, e que promoviam oposição ao presidente Goulart. Entre eles estavam: Os grupos de Direita, onde se dividiam em dois blocos; o primeiro, os Extremistas, tinham medo da democracia de base popular, gerada pelo Brasil industrializado. Uniam um pequeno número de opositoristas, porém bem articulados, e estavam representados por alguns jornais, como por exemplo, o Jornal Tribuna da Imprensa, e pelo Cardeal Dom Jaime Câmara. O segundo grupo, os Centristas, era organizado pelo órgão dos católicos moderados, de espírito reformista, e pelo movimento dos homens de negócio de São Paulo. Estes apontavam para o fato de que Jango, através dos moldes de uma economia mista, colocava em perigo o crescimento econômico.

Outro grupo de suma importância entre os opositoristas civis era o dos governadores dos maiores estados brasileiros. São Paulo, Ademar de Barros, Minas Gerais, Magalhães Pinto, Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e Rio Grande do

Sul, Ildo Meneghetti. João Goulart mantinha distância política dos maiores líderes políticos regionais (SKIDMORE, 1996).

Para a derrubada de Jango, os militares ainda contavam com o apoio de aliados civis importantes, como é o caso do movimento feminista Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Este movimento era especialista em “marchas de protestos” e combatiam ferrenhamente a participação de indivíduos comunistas no governo. Também contavam com um grupo de jornais de relevante influência, como o Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã (SKIDMORE, 1988).

O golpe militar começou a ser articulado a partir da Escola Superior de Guerra (ESG), que tinha como seu líder o general Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. O golpe ainda contava com o apoio do governo norte-americano, que mandara para o Brasil seu representante, coronel Vernon Walters, para tornar fácil a comunicação com os golpistas militares. Este oficial era o mesmo que antes fazia a ligação dos americanos com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

Os opositores militares e civis, no dia 29 de março, marcaram a deposição do presidente Jango para uma quinta-feira, 02 de abril. Neste dia, seria realizado um movimento contra Jango no Rio de Janeiro, igual ao que a oposição organizou em São Paulo no dia 19 de março. O movimento do Rio de Janeiro tinha como objetivo dar maior respaldo político para a intervenção militar.

Restava saber por parte do comando intervencionista, se os principais líderes militares adeririam à intervenção. Os conspiradores militares tinham dúvidas quanto a adesão do general Krueel, Comandante do Segundo Exército de São Paulo, pois ele gozava de íntima amizade pessoal com Jango.

A CGT convocou uma greve geral para a segunda-feira, 30 de março, mas os trabalhadores não deram importância e não compareceram. A deposição do chefe da Nação já era sabido por todos. No mesmo dia, ou seja, dia 30, a diretoria da CGT divulgou uma denúncia do golpe marcado para 02 de abril. No entanto, o aparelho militar que poderia amparar Goulart estava neutralizado. Seu ministro da guerra, general Jair Dantas Ribeiro, homem respeitado pelos oficiais centristas, encontrava-se internado em um hospital, no decorrer da crise, em decorrência de uma cirurgia no intestino. Portanto, o Exército estaria sem comando.

Em fins de março, Goulart praticamente assinaria “seu suicídio político”. Ele decidiu comparecer a uma reunião de Sargentos no Automóvel Clube, Rio de Janeiro. Ao discursar, Jango disse que não se isentaria à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O presidente dava aos conspiradores uma prova final:

O discurso de Jango foi transmitido pela televisão. Um dos espectadores, conspirador militar antigo, achou que chegara à hora de agir. O General Mourão filho, o homem que forneceu o infame Plano Cohen em outubro de 1937, mobilizou suas tropas em juiz de Fora (parte do primeiro Exército, com sede em Minas Gerais). Ao alvorecer, disse a seus comandados que marchariam sôbre o Rio (SKIDMORE, 1996, p. 362-363).

Ainda no dia 30 de março, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, lançara um manifesto, convocando todos os cidadãos mineiros “para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”. A revolta começara em Minas Gerais. Os opositoristas ajustaram antes que a sublevação começaria por Minas.

Com a aprovação do governador Magalhães Pinto, o general Mourão filho, a 31 de março, dirigiu suas tropas em direção ao Rio de Janeiro. Restava saber se haveria resistência do comandante Âncora, do Primeiro Exército sediado no Rio, e do general Krueel, comandante das tropas paulistas. Este último apelou para que João Goulart se retratasse perante os militares e que abandonasse a esquerda. Só assim, poderia livrar seu governo da deposição. Mas Goulart não aceitou, disse que não poderia abandonar as forças populares que o apoiava. O general Krueel, então, disse que não poderia fazer mais nada, e na tarde do dia 31, autorizou a saída de sua tropa em direção ao Estado da Guanabara.

O Presidente Jango encontrava-se no Rio de Janeiro, onde os militares achavam que encontrariam uma resistência militar a favor do presidente. Devido a boatos de um possível ataque dos Fuzileiros Navais, sob o comando do esquerdista almirante Cândido Aragão, o governador Carlos Lacerda armou-se no Palácio da Guanabara, a espera do ataque, mas ele não aconteceu. O Primeiro Exército do Rio, comandado pelo coronel Âncora, foi mandado por Jango para o encontro dos revoltosos, com o objetivo de destruí-los. No entanto, ao se encontrarem, festejaram a união. O Primeiro e o Segundo Exércitos agora dominavam a região centro-sul do Brasil.

Desesperado, João Goulart voltou para Brasília no dia 01 de abril de 1964. Na noite do mesmo dia, voou para o Rio grande do Sul, onde se encontrou com o

general Ladário Teles, comandante do Terceiro Exército, que lhe ofereceu ajuda para resistir de forma duvidosa. No Rio de Janeiro, o ministro da Justiça, Aberlado Jurema, e, em Brasília, Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil, solicitavam resistência da população. O cunhado de Jango, Leonel Brizola, organizou uma resistência no Rio Grande do sul, que não logrou êxito. O Terceiro Exército, sediado na região sul do país, também aderiu ao golpe.

O presidente do Senado Auro Moura Andrade, anunciou estar vago o cargo de presidente do Brasil. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo interinamente. Dia 04 de abril, Goulart, o “líder populista” dirigia-se para o Uruguai, em busca de exílio político. O golpe militar consolidava-se (SKIDMORE, 1996).

A revolta militar iniciada a 31 de Março teve o apoio de grupos civis. Agora, ganhava todas as regiões do Brasil. Tinha sido colocado em prática supostamente para libertar o Brasil dos comunistas, da corrupção e para restabelecer a democracia que o país tinha perdido. Por muito tempo a maioria da oficialidade não desejava romper com a ordem institucional. No entanto, havia razões mais importantes para os militares: conservar a ordem social, a obediência à hierarquia, manter sob controle o comunismo. Para as forças armadas, a fragmentação desses princípios militares, justificava a intervenção (FAUSTO, 2006).

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”; o segundo era “restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo seria muito mais difícil (SKIDMORE, 1988, p. 45).

João Goulart sempre fora ligado aos segmentos de esquerda. E quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, as Forças Armadas proibiram a posse do Vice-Presidente Jango. Este só viria assumir a presidência com a implantação do Parlamentarismo, solução encontrada pelo Congresso Nacional a 02 de setembro de 61, para evitar uma possível Guerra Civil, pois o país encontrava-se dividido entre os que defendiam a legalidade, ou seja, a posse de Jango, e aqueles que defendiam a “segurança nacional”.

No pleito de 1960, o candidato João Goulart, herdeiro político do populista Getúlio Vargas, venceria mais uma vez as eleições para Vice-Presidência da

República, com ajuda da lei eleitoral. Dava o primeiro passo para a sua ascensão presidencial e conseqüentemente sua deposição (SKIDMORE, 1996).

4.1 - OS MILITARES NO PODER

Com a deposição do presidente João Goulart, assume, a dois de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, o paulista Ranieri Mazzilli. Contudo, o poder real encontrava-se nas mãos dos militares, que logo pressionaram o Congresso para obter dele, com rapidez, uma legislação “anti-subversiva”. Ainda no dia 2 de abril, o general da linha dura Artur Costa e Silva, se autoneia ministro da guerra do novo governo.

Os governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Mauro Borges, Ademar de Barros, Ney Braga e outros que aprovavam o movimento militar, realizaram na noite de quatro de abril, aproximadamente às 22 horas, no ministério da guerra, uma reunião com Costa e Silva para tratar da sucessão presidencial. Nesta reunião vários nomes foram cogitados, porém, o nome de consenso entre os líderes civis e militares foi o do general Castelo Branco, que, na concepção desses líderes, seria uma indicação aceita pelo Congresso Nacional sem maiores dificuldades e também por se tratar de homem habilitado para exercer o cargo de presidente do Brasil. Mas, era sabido por todos, que o general Costa e Silva, além de algumas lideranças civis, também pleiteava esse cargo. Tanto que, na reunião, o general da linha dura adiou a decisão por achar muito cedo para uma definitiva resolução. No dia seguinte, em mais um encontro, o ministro da guerra aceitou a indicação.

A autoneiação de Costa e Silva para o posto de comandante do exército foi formalmente validada em sete de abril, pelo ato presidencial, que também nomeia o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, ministro da Aeronáutica e o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha.

Nesses dias iniciais o Congresso parece não perceber claramente que a iniciativa política, inclusive legislativa, passara, de fato, às forças armadas. Tanto que os partidos, principalmente os mais conservadores, UDN e PSD, tentaram negociar politicamente a legislação emergencial com os novos donos do poder, como se apenas lideranças tivessem mudado, não o regime (COUTO, 1999, p. 59-60).

Surge uma nova situação em nove de abril de 1964: Os ministros militares, ignorando o Congresso, anunciam a organização de um Comando Supremo

Revolucionário, liderados por eles. Estes publicam o primeiro Ato Institucional (AI-1), rompem com o sistema político brasileiro que, desde 1945, bem ou mal, caminhava. Agora, de fato, a ditadura nascera. O jurista Francisco Campos que em 1937 redigiu a constituição do Estado Novo e o advogado conservador Carlos Medeiros da Silva foram os autores do AI-1. Com este, o Poder Executivo ganha poderes extraordinários ou supra poderes, sobrepondo-se ao Poder Legislativo e Judiciário. Ganha ainda a iniciativa de modificar a Constituição por simples maioria, determinar estado de sítio, cassar mandatos de parlamentares e suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos. O Ato decretava eleições indiretas para presidente da República no dia 11 de abril, dois dias depois de sua publicação, Permitindo apenas a candidatura de oficiais da ativa das forças armadas. O Congresso é proibido de apresentar projetos que aumentem a despesa pública. Foi suspensa por seis meses a garantia constitucional de vitaliciedade e estabilidade em empregos públicos. Foi criado pelo Ato o instituto jurídico-político do decurso de prazo, que aprovava automaticamente os projetos governamentais que não fossem votados pelo Congresso num prazo determinado. Assim, as normas e a “face” do poder mudaram completamente.

Agora, os militares tomam o poder para si. Eles não mais se limitarão a tradicional posição moderadora das recentes crises, como nos casos da deposição de Getúlio Vargas em 1945; do suicídio do mesmo em 1954; do veto militar à posse do vice-presidente Jango, na renúncia do presidente Jânio, em 1961. Muitos brasileiros perderam seus direitos políticos, entre eles João Goulart e Jânio Quadros, ex-presidentes da República, parlamentares, intelectuais, jornalistas, líderes sindicais, funcionários públicos, técnicos e militares, acusados de subversão e corrupção. Várias punições foram aplicadas, dentre as quais: suspensão de direitos políticos, perda de mandatos, demissões, aposentadoria compulsória, transferência para reserva etc. Instala-se no Brasil um clima assustador. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) se proliferam, com isso a intimidação e o medo comandam o país.

A representação geográfica do poder no Brasil muda, a democracia é retirada, e, em seu lugar, é instalado o autoritarismo, em defesa da ordem, da salvação, da democracia e do fim da corrupção. Os militares supostamente defendem a intervenção militar como sendo de caráter temporário. O próprio Castelo Branco justifica o golpe como uma intervenção corretiva e temporária.

Em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elege presidente da República o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos coordenadores do movimento, para completar o mandato de João Goulart, Presidente deposto. Ele é apoiado por civis e pelos três ministros militares (COUTO, 1999).

Para o cargo de vice-presidente o Congresso elegeu o mineiro José Maria Alckmin, do PSD. Este cargo foi negociado anteriormente por Castelo Branco e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, chefe deste partido (SKIDMORE, 1988).

4.1.1 - O governo de Castelo Branco

A eleição para escolha do governante ocorreu, em 11 de abril de 1964, na qual foi eleito pelo Congresso o general Castelo Branco, por 361votos, contra 72 abstenções e 5 votos para outros militares conservadores. Prevaleceu o consenso dos militares e civis. Filho de um oficial do Exército, Castelo Branco era conhecido como um oficial cuidadoso e introspectivo. Natural do Ceará, no Nordeste brasileiro, participou de cursos na França e Estados Unidos. Lutou junto ao quinto Exército norte-americano na Itália em 1944-45 (Segunda Guerra Mundial), quando participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Homem que sempre optou pela leitura e o estudo. Era também conhecido como democrata, moderador, legalista, pessoa de poucas palavras e dado à reflexão. Castelo Branco liderava o grupo da Sorbonne, grupo de oficiais (generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede), estreitamente ligados à ESG, instituição protegida pelos militares (SKIDMORE, 1988).

Ao assumir o governo brasileiro, O presidente Castelo Branco encontrara um país debilitado, com uma grande dívida interna e externa, inflação acelerada (92,1%), profunda recessão. Era necessário fazer reformas urgentes, tanto na economia, como na administração pública.

Para enfrentar os problemas financeiros que o país passava, o presidente Castelo Branco nomeia para o ministério da fazenda o experiente professor Octavio Gouveia de Bulhões, da Fundação Getúlio Vargas, importante Centro de Ensino e Pesquisa Econômica, e também escala o economista Roberto de Oliveira Campos, ex-diretor do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o ministério do planejamento e coordenação econômica. Estes ministros formulam e colocam em prática política ortodoxa e severa, que aperta os cintos e

principalmente os salários. O governo Castelo Branco dá amplo apoio aos principais gestores. Executa reformas para manter sob controle a inflação e suavizar seus resultados, como é o caso da correção monetária; moderniza o sistema tributário, readquire o crédito público, cria o Banco Central do Brasil (BCB), em abril de 1965, torna moderno o mercado de capitais, promove reforma cambial, faz reforma administrativa, troca o velho sistema de indenização trabalhista pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), define nova política de salário, muda a legislação relativa ao capital estrangeiro.

Roberto Campos e Octavio Bulhões elaboraram o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), contendo 240 páginas. Este programa foi anunciado em agosto de 64, e tinha como objetivos principais: retomar o crescimento econômico; diminuir a inflação, e atenuar os desníveis regionais e setoriais de renda. O PAEG tinha como prioridade: diminuir os gastos públicos, elevar os impostos, controlar o crédito, conter os salários e seu reajuste anual, cancelar os subsídios das importações de petróleo, trigo e papel. No entanto, a economia crescera modestamente, mas o presidente restabelece a governabilidade. O Brasil consegue renegociar a dívida externa e não mais acumula atrasos comerciais. Oposto disso, junta reservas cambiais. Foi tão característico, marcante e importante, a união de tecnocratas e militares no governo Castelo Branco, que ela continuou existindo em todo período militar.

O “aperto de cintos” imposto à sociedade pelo programa de estabilização apresenta alto custo político, levando o presidente, inclusive, a prorrogar seu mandato-tampão por um ano, não obstante a solene promessa do discurso de posse. Para o país também, em termos de sacrifícios do povo e de sua liberdade de escolha e opinião. Mas cria a base de sustentação para a política de desenvolvimento acelerado dos dois governos seguintes, Costa e Silva e Médici, quando se fala até em “milagre” econômico (COUTO, 1999, p. 65).

Nesse contexto, foi criado em 13 de junho de 1964 o Serviço Nacional de Informação (SNI), pelo Decreto-Lei, 4.131. Seu objetivo principal era coletar e examinar informações pertencentes à segurança nacional, a contra-informação e a informação sobre assuntos de subversão interna. O general Golbery do Couto e Silva foi o primeiro titular desta pasta. Ele convoca para compor sua equipe o coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, que traz seus dois amigos, os tenentes-coronéis Octávio Aguiar de Madeiros e Newton Cruz, para também fazerem

parte da equipe. O tenente-coronel Walter Pinheiro, ligado a Figueiredo, Chefia a Polícia Federal (PF). O general Emílio Garrastazu Médici comanda a Academia Militar de Agulhas Negras. Os principais futuros chefes militares faziam parte do governo Castelo Branco: Costa e Silva; Garrastazu Médici; e João Baptista Figueiredo. No futuro o SNI é transformado em poder político, atuando paralelamente ao executivo. Nos governos de Costa e Silva e Médici, este serviço agiu como polícia política, tornando-se o braço forte da repressão.

Além dos problemas econômico administrativos, o presidente enfrenta sérios problemas com a linha dura militar, unida em torno de Costa e Silva, ministro da guerra, que se empenha na permanência do sistema militar e no aprofundamento da revolução. A linha dura defende com ardor a pureza da revolução, e deseja remover todos os indícios do sistema político democrático. Por se sentir pressionado, Castelo faz significativas concessões. No dia 27 de abril de 1964, através de Decreto-Lei, o governo institui os Inquéritos Policial Militares. Nos órgãos governamentais, principalmente nas Universidades, foram criadas comissões especiais de inquérito, com principal objetivo de reconhecer indivíduos comprometidos com atividades subversivas. Em oito de junho de 1965, último dia que vigorava o artigo 10 do AI-1, que permitia ao governo cassar mandatos e suspender direitos políticos, o presidente atingiu em cheio o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek, cassando seu mandato e suspendendo seus direitos políticos por dez anos. Com isso o PSD, partido de Juscelino, retira seu apoio ao governo.

Apesar dos expurgos executados no Congresso através do AI-1, a situação do governo não mudou totalmente, pois os suplentes que assumiam o lugar dos parlamentares cassados eram na maioria, também, opositores. Mas as cassações enfraqueceram e desarticularam o Congresso, e, em termos profissionais, essas cassações esvaziaram significativamente essa instituição. Em junho de 1965, começa amadurecer a ideia de prorrogar o mandato do presidente. Em palestra na ESG, o presidente eleito e governador Magalhães Pinto, declara que ainda não é o momento para a realização de eleições presidenciais. Ideia apoiada por Costa e Silva, mas rejeitada pelo também presidente eleito Carlos Lacerda, que se opõe radicalmente. Os defensores dessa ideia argumentaram que, dois anos de mandato era pouco tempo para que o governo atual completasse suas reformas indispensáveis, principalmente as econômicas. E ainda, a prorrogação encurtaria a volta da “normalidade democrática”.

Em 22 de julho de 1965, a Emenda Constitucional Nº 9, foi aprovada com 205 votos a favor e 96 contra, no Congresso. Ela prorrogava o mandato do presidente Castelo Branco, até 15 de março 1967. A emenda marca a escolha do sucessor do presidente para 15 de novembro 1966, data também da eleição de deputados, senadores e onze governadores (Emenda Constitucional Nº. 13). A emenda ainda unia a eleição do presidente à de seu vice-presidente, estabelecia o critério da maioria absoluta e fixou o prazo do mandato do presidente em quatro anos. Começa a vigorar a Lei 4.464, Lei Suplicy (sobrenome do ministro da educação), que proibia entidades estudantis de desenvolver atividades políticas. Por causa dessa lei, os estudantes inconformados vão às ruas, protestam em grandes passeatas nas maiores cidades. Exigem o ressurgimento da UNE, e fazem críticas ao nível de ensino. Os estudantes atacam ferrenhamente o governo militar.

Ocorre em São Paulo, em março de 1965, eleição para prefeito, primeiro teste eleitoral do regime militar. Tendo como vencedor o candidato da UDN, brigadeiro José Vicente Farias Lima, com o apoio de Jânio Quadros, nesse momento cassado. Com isso nasce a Emenda Constitucional Nº. 12. Esta faz com que, a partir de então, todos os prefeitos das capitais sejam nomeados pelos seus respectivos governadores. Nasce também a Emenda Nº. 13, e a de Nº. 14. Esta última criada a três de julho de 1965, instituiu a exigência de domicílio eleitoral mínimo ao cargo de governador e prefeito.

Mas o segundo teste eleitoral do governo, cada vez mais desgastado pela dura política econômica do programa de estabilização, é mantido. A eleição “solteira” e direta de onze governadores ocorre em outubro. Com campanha moderadamente antigovernista, o PSD vence em cinco dos onze estados em disputa, inclusive, nos dois de maior peso demográfico, político e econômico: Minas Gerais e Guanabara, com Israel Pinheiro e Francisco Negrão de Lima, respectivamente. Historicamente ligados a KUBITSCHEK, tornam-se sucessores dos principais líderes civis do movimento, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, candidatos à sucessão de Castelo Branco (COUTO, 1999, p. 69).

Mas os vencedores oposicionistas eram considerados realmente conservadores. Não tinham nenhuma afinidade com o socialismo nem com o comunismo. Israel, empresário mineiro e engenheiro de obras, tornou-se principal coordenador da construção de Brasília. Francisco Negrão, intelectual, relacionava-se amigavelmente com o presidente Castelo Branco. O relacionamento entre Carlos Lacerda e o presidente estava desgastado, por isso, surgiram comentários de que

Castelo gostara do resultado. Porém, o resultado dessa eleição foi mal recebido nas forças armadas, principalmente na corrente da linha dura, que vê nos vitoriosos oposicionistas uma volta ao passado. A linha dura reclama e exige do governo a continuidade do processo revolucionário. O clima de insatisfação se agrava, pois, exatamente no momento de vitória dos seus antigos colaboradores, Juscelino Kubitschek retorna ao país, depois de dezesseis meses de ausência. Os oficiais da linha dura se exaltam especialmente os comandantes do I e II Exércitos. Contudo, Castelo não abre mão de dar posse aos adversários eleitos. E circula a idéia de destituição do presidente Castelo na Vila Militar, Rio de Janeiro (COUTO, 1999).

O ministro da guerra, Costa e Silva, através de um pronunciamento firme na Vila Militar, conseguiu acalmar os ânimos, e centralizou os acordos entre as correntes moderadas e linha dura. O AI-2 foi o resultado desses entendimentos. Costa e Silva consolida-se como candidato a presidente da República, respaldado pelo conserto da grave situação.

Eu lhes garanto que não retornaremos ao passado. O presidente da república acaba de autorizar-me a dizer-lhes que não retornaremos ao passado. E por que não retornaremos ao passado? (...) Porque nós estamos unidos. A farda está unida, seja na Marinha, seja na Aeronáutica seja no Exército. E nós fizemos à revolução. E se nós fizemos, nós saberemos conservá-la e confirmá-la (...) Não há perigo, senhores, eu afirmo sob a minha fé, do meu grau, do meu posto. Quero dizer-lhes, porém, que o que é preciso, isto sim, é confiar nos chefes (COUTO, 1999, p. 71).

A caldeira militar ferve; em 27 de outubro, o AI-2 é instituído com objetivos diversos, dentre eles, garantir a posse dos governadores oposicionistas eleitos. Este ato extermina o pluripartidarismo, e implanta o bipartidarismo no Brasil. O presidente Castelo Branco introduz neste ato a proibição de sua própria reeleição, confirmando o que o general da linha dura tinha garantido em seu discurso, o não-continuismo. Logo depois, numerosos Atos Complementares foram colocados em prática, como o de Nº. 4, de 24 de novembro de 1965, que tratava da formação e organização de partido políticos, ou o de Nº. 9, de 10 de maio de 1966, que regulamentou os pleitos indiretos para presidente e vice-presidente, governadores e seus vices.

Com essa cirurgia casuística, desapareceram os partidos políticos criados no final do Estado Novo. As exigências legais induzem o surgimento do Bipartidarismo. Treze morrem e dois nascem no início de 1966. A aliança

Renovadora Nacional – Arena, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que vai aglutinar as correntes de oposição (COUTO, 1999, p. 73).

Em 25 de maio de 1966, a Convenção da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), homologa a sua chapa para as eleições presidenciais. Tendo como candidato a presidente o general Arthur da Costa e Silva e para vice-presidente o Doutor Pedro Aleixo. Castelo Branco não aprovou a indicação, mas teve que tolerar.

Um fato que merece destaque foi o atentado ocorrido no dia 25 de julho de 1966, em Recife, apontado como o primeiro ato terrorista contra um líder militar de 1964. Costa e Silva e sua comitiva escaparam desse atentado. Eles chegaram ao Aeroporto de João Pessoa, Paraíba, pela manhã, onde embarcariam num voo comercial para Recife. Como o avião atrasou, decidiram seguir de automóvel, o que seria aproximadamente duas horas de viagem. Se não tivessem mudado o que planejaram, teriam chegado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife, por volta de nove horas da manhã, horário que explodiu uma bomba no saguão principal do Aeroporto, matando o jornalista do governo do Estado de Pernambuco, Edson Régis e o almirante Nelson Fernandes, das Centrais Hidrelétricas do São Francisco (CHESF), além de ferir muitas pessoas. Na época a autoria do atentado se tornou um mistério. Os militares culpavam a esquerda. Em 1998, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, “esclareceu” que o atentado foi uma ação isolada de dois militantes da Ação Popular (AP), entidade ao qual Betinho fazia parte naquele momento. Ele Preferiu não revelar os nomes dos dois autores do atentado. Informou que eles já haviam morrido.

Candidato único, o general Costa e Silva, em três de outubro de 1966, obtém 295 votos dos 472 senadores e deputados federais presentes no Congresso, elegendo-se o novo presidente da República.

Na madrugada do dia 15 de outubro de 1966, o Congresso foi invadido militarmente e colocado em recesso. Novas cassações de direitos e de mandatos são feitos, levando a mais uma crise entre governo e Congresso.

No entanto as eleições de 15 de novembro para o Congresso ocorrem. A ARENA conquistou grande feito. Ficou com 68% na Câmara, ficando com 277 cadeiras contra 132 do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No Senado conquistou 71%, com 47 cadeiras a favor e 19 cadeiras para o MDB. O único Estado

em que o MDB superou a ARENA em votos para senado e Câmara dos Deputados foi o Estado da Guanabara, reduto oposicionista (SKIDMORE, 1988).

Ainda em novembro de 1966, foi criada a Frente Ampla (FA), “movimento civil suprapartidário pela democracia”. Depois de superarem suas divergências políticas, o ex-governador da Guanabara e ex-simpatizante do regime militar, Carlos Lacerda, e Juscelino Kubitschek, senador cassado e antigo adversário político de Lacerda, lançaram a FP. João Goulart, ex-presidente, exilado no Uruguai, aderiu ao movimento. Eles firmam o Pacto de Montevideu, no intuito de unir as oposições civis contra o regime autoritário. Em abril de 1968, o governo dissolveu o movimento.

Aproveitando a situação de vantagem em que se encontrava: Vitória eleitoral, Congresso em recesso regulamentar e oposição enfraquecida, o governo decidiu obter uma nova Constituição. Em virtude disso, editou o AI-4, de sete de setembro de 1966, que atribuiu poderes constitucionais ao Congresso. Este foi reconvocato com intenção de se reunirem extraordinariamente. Foi encaminhado ao Congresso um projeto “duro”, redigido pelo jurista Carlos Medeiros e Silva. Posteriormente este projeto foi rejeitado, pois não continha sequer o “clássico” dispositivo dos direitos e garantias individuais. Entretanto, em 44 dias, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, o Congresso articulou-se, e junto ao governo formularam e aprovaram um novo projeto.

A carta lhe dá o direito exclusivo de legislar sobre segurança nacional e finanças públicas. Mantém as eleições indiretas para presidente e incorpora as restrições ao Judiciário contidas no AI-2. Ao Legislativo são vedados projetos que gerem ou aumente as despesas públicas: seu papel tem importância antes formal e regulamentar. Mas exclui o poder excepcional de cassar mandatos, direitos políticos e etc. Castelo não quer deixar para o sucessor essas prerrogativas excepcionalmente duras (COUTO, 1999, p. 81).

O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco morre em 18 de julho de 1967, quatro meses depois da posse de Costa e Silva, em um acidente aéreo no Estado do Ceará, sua terra natal. Em seu governo, mais de 2.000 brasileiros tiveram seus direitos políticos cassados. O presidente Castelo Branco chegou a assinar mais de 700 leis. E ainda assinou 11 emendas constitucionais, 312 decretos-leis, 19.259 decretos e três atos institucionais (AI-2, AI-3, AI-4). Ele foi notavelmente responsável pela Constituição de 1967.

Castelo passou o poder para o seu sucessor com a institucionalização autoritária avançada, implantou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que trabalhava a todo vapor, entregou as reformas amadurecidas e a casa economicamente em ordem. O Brasil estava disciplinado e, é lógico, dentro dos padrões militares.

Nos anos posteriores haveria uma grande agitação política. Com isso, o regime militar vai se fechar de vez, agora com a liderança da corrente denominada de linha dura (COUTO, 1999).

Quando se aproximavam seus últimos dias no Planalto, Castelo tinha a convicção de que em seus três anos (menos algumas semanas) de mandato havia cumprido a missão que se propusera por delegação revolucionária. Os subversivos e populistas haviam sido derrotados, desacreditados e expurgados. A economia se achava estabilizada, o sistema financeiro reorganizado e a dívida externa renegociada. O Brasil podia agora ingressar de novo nas fileiras das democracias, embora com uma Constituição que aumentara consideravelmente o poder Executivo (e dos militares) em detrimento do Legislativo e do Judiciário (SKIDMORE, 1988, p. 135-136).

4.1.2 - O governo de Costa e Silva

Em 15 de março de 1967, no Palácio do Planalto, em Brasília, tomou posse como presidente da República o general Artur da Costa e Silva. De acordo com a Constituição de 1967, para um mandato de quatro anos. Em relação à Costa e Silva, descreveu SKIDMORE (1988, P. 138), “O novo presidente ajustava-se ao estereótipo do militar latino-americano. Era jovial e mais interessado numa boa corrida de cavalos do que na leitura de enfadonhos tratados de estratégia militar”. Mas, no Colégio Militar, graduara-se em primeiro lugar, posição atingida também na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. No ano de 1944, durante seis meses, Costa e Silva fez um curso de treinamento em FORT KNOX, Estados Unidos. Ele foi por dois anos ajudante militar na Embaixada Brasileira, em Buenos Aires. Comandou em 1961-62, no Nordeste, o quarto Exército. O mais novo presidente do Brasil era uma figura talentosa (SKIDMORE, 1988).

Finalmente, com Costa e Silva, a linha dura tomou a dianteira do poder político do país. Apesar da perda do comando político, os moderados continuavam fazendo parte do poder. Mas o ministério foi de composição, logicamente, com predominância da linha dura. Foram nomeados como ministros militares pelo

presidente: Garrastazu Médici, do SNI; Jaime Portela, do Gabinete Militar; Augusto Rademaker, da Marinha; Márcio de Souza e Melo, da Aeronáutica e Afonso Albuquerque, do Interior, principal personalidade da linha dura nacionalista. O general Lira Tavares, nomeado ministro do Exército, não era considerado um radical extremado, nem muito menos um moderado. Dos ministros civis, Gama e Silva, da Justiça, era o mais notável representante da linha dura. Contudo, existiam outros ministros que não possuíam a radicalidade no seu perfil, tais como: O vice-presidente, Pedro Aleixo; Daniel Krieger, líder do governo no Senado e presidente da ARENA; Rondon Pacheco, do Gabinete Civil; Magalhães Pinto, do Itamaraty; Helio Beltrão, do Planejamento, e o ministro da Educação, Tarso Dutra. Antônio Delfim Netto, jovem economista de São Paulo, e ex-secretário da Fazenda do seu Estado, foi designado para o cargo de ministro da Fazenda.

Não foi chamado nenhum dos que faziam parte da cúpula do governo Castelo Branco para compor o primeiro escalão do governo Costa e Silva. Porém, o general Ernesto Geisel, que participou do governo Castelista, tornou-se Juiz do Superior Tribunal Militar, no Rio de Janeiro. Da mesma forma, o general Golbery do Couto e Silva, assumiu o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), cargo vitalício.

Assim, quem manda é o sistema militar, que reúne principalmente as correntes moderada e “dura”. Nada se passa como se o partido político rival tivesse ganho o poder. São as forças armadas como um todo que mandam e desmandam. Principalmente o Exército. O que distingue fundamentalmente os “duros” é a radicalização de seu credo e ação anticomunista. A maioria é também pela permanência dos militares no poder (COUTO, 1999, p. 86).

Foi no governo de Costa e Silva que nasceu o “milagre econômico”, expansão da economia brasileira no período de 1968-73, onde o produto real teve crescimento médio de mais de 11% anuais. A inflação foi reduzida, girando em torno de 15% ao ano. Foi o tempo dos dois termos, segurança e desenvolvimento. A verdade é que Costa e Silva herdou uma boa economia do governo Castelo Branco. Este criou as estruturas internas para o relançamento do crescimento da economia que, junto com acontecimentos externos favoráveis e a definida política de desenvolvimento dos governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, fez surgir o grande desenvolvimento econômico daquele período (COUTO, 1999).

A política econômica foi a grande beneficiada com a crise política-militar, que de acordo com SKIDMORE (1988, P.181), “levou a expansão do Poder Executivo”. Discursando em dezembro de 1968, na ESG, o presidente Costa e Silva admitiu que seu poder de legislar através de decretos, facilitara o cumprimento de programas estratégicos. Depois dessa confissão, o presidente decretou uma revisão da política tributária, em janeiro de 1969. Ele executou uma Emenda Constitucional, planejada por Delfim Netto (ministro da fazenda), que reduziu de 20% para 12% a parcela de impostos arrecadados em todo território e que era distribuído aos governos municipais e estaduais. Essa Emenda atingiu violentamente a região Nordeste, pois o antigo modo de distribuir esses impostos beneficiava os estados mais pobres. O ministro da Fazenda também queria controlar o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Estas providências foram causadoras de reações de dois influentes ministros, do Interior, Albuquerque Lima, e da SUDENE, O general Euler Bentes Monteiro, que, em janeiro de 69, renunciaram a seus respectivos cargos. Estes ministros defendiam a distribuição de recursos mais elevados para os Estados com maiores índices de pobreza, mais isso não vingou. A economia brasileira nesse período reagiu muito bem às estratégias governamentais. Em 1968, quando completara um ano de governo de Costa e Silva, os resultados econômicos foram maravilhosos. O Produto Interno Bruto (PIB) foi de 11%, a Inflação foi de 25%, igual à de 1967. Devido à política de crédito fácil, a indústria cresceu 13,3%. O crescimento no setor agrícola ficou na casa de 4,4%. No que se refere às exportações, o aumento foi de 14%. O setor da construção civil subiu 19%, graças a recursos provenientes do Banco Nacional de Habitação (BNH). O experiente ministro da Fazenda adotou políticas não-ortodoxas, que não agradou o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O presidente mostrava-se eufórico com as condições favoráveis da economia. Em março de 1968, ele disse na Escola Superior de Guerra: “Estamos construindo uma grande civilização no hemisfério sul porque recusamos nos curvar ao determinismo geográfico” (SKIDMORE, 1988, p. 184).

Os anos do governo Costa e Silva foram agitados. Várias manifestações populares aconteceram, principalmente organizadas pelos estudantes, que reivindicavam melhores condições de ensino e também protestavam pelo firmamento do acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência

Cultural do Governo Americano (USAID), realizado no governo Castelo Branco, com objetivo de melhorar o Ensino Universitário. A idéia central do governo foi de formar Universidades-Empresas, mudando a concepção vigente do Ensino Superior no país. Isso ia de encontro ao pensamento das lideranças estudantis de oposição, que viram nesse acordo uma ofensa à cultura e a soberania do Brasil.

Mas o ano de 1968 foi diferente do normal, tanto no Brasil como fora dele. Grandes movimentos surgiram, especialmente da juventude. Na França, ocorre um movimento estudantil que reivindicava melhorias na educação e que acabou por se transformar em “ameaça” ao estável governo do general De Gaulle. Nos Estados Unidos, a juventude protestava contra a Guerra do Vietnã. Surge em todo mundo a proposta de construção de uma utopia de liberdade, baseadas em ideias libertárias. Deseja o novo, com objetivo de superar a ordem vigente, vista como velha e ultrapassada. Notadamente, percebeu-se que tudo isso repercutiu e influenciou nos fatos ocorridos no Brasil. Renasce no Brasil o radicalismo e o terrorismo, praticado pela direita e também pela esquerda. Mais de uma dezena de pessoas foram mortas em manifestações. Em 1968 ocorreram assassinatos políticos, como por exemplo, o assassinato de Charles Chandler, capitão americano, morto em São Paulo, no mês de outubro. Também surgiram várias denúncias contra os órgãos do governo incumbidos da repressão, acusados de matar pessoas através de torturas. Aconteceram mais de vinte atos criminosos terroristas, praticados pela extrema direita. O capitão da Aeronáutica, Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, comandante do Para-Sar, grupo de elite da Aeronáutica, denunciou um plano terrorista idealizado pelo grupo de extrema direita. O plano consistia na explosão de prédios públicos e assassinatos de lideranças políticas e estudantis. Os comunistas seriam responsabilizados por tais atos. Em virtude das denúncias, o comandante Sérgio Ribeiro respondeu a IPMS, foi ameaçado de morte e teve seus direitos políticos cassados.

Morreu em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, Edson Luiz de Lima Souto, estudante secundarista, em um protesto de rua contra o péssimo atendimento do restaurante Calabouço, sustentado pelo governo. Este fato foi de grande comoção nacional. Em abril, eclodiu a primeira greve operária desde o golpe militar, vinte mil metalúrgicos de Contagem, Minas Gerais, cruzaram os braços. No dia 22 de maio de 1968, foi publicada a Lei 5. 439, esta tinha como objetivo responsabilizar criminalmente menores que atuassem contra a Segurança Nacional.

É lógico que, com essa Lei, a linha dura pretendia neutralizar os estudantes, já que eles protestavam contra as estruturas existentes. Em 21 de junho, no Rio, ocorreu um conflito de rua, onde morreram quatro pessoas e várias ficaram feridas, a chamada “sexta-feira sangrenta”. No dia 26 desse mesmo mês, também no Rio de Janeiro, foi realizada a passeata dos 100 Mil, com a participação de artistas, políticos, intelectuais, lideranças estudantis, religiosas e lideranças operárias. No mês seguinte, ou seja, em julho, o governo da linha dura proibiu as passeatas. Mas os protestos aconteciam em quase todos os Estados da federação. O presidente Costa e Silva ameaçou convocar estado de sítio, tentando intimidar os revoltosos. No dia do trabalhador, 1º de maio, em São Paulo, o governador Roberto de Abreu Sodré, do partido ARENA, foi apedrejado. Em Osasco, São Paulo, no dia 16 de Julho, aconteceu a greve de 15 Mil metalúrgicos, onde o governo prendeu muitos operários. A partir desse momento, nasceu o comando de caça aos comunistas. Em dois de outubro de 1968, o prédio da Universidade de São Paulo (USP), foi incendiado. Durante esse período o Brasil passou por um clima extremamente tenso.

A esquerda tinha como objetivo tomar o poder. Ela acreditava que só por intermédio da luta armada o regime vigente do país desmoronaria. O objetivo era a tomada do poder pela força; com isso, o socialismo seria implantado necessariamente pelo poder das armas. Essa visão da esquerda brasileira de controle do poder pela luta armada foi influenciada pela guerra do Vietnã, pela Revolução Cubana, da experiência chinesa e das muitas guerrilhas que nasceram na América Latina. Para concretizar sua causa, a esquerda recrutava a maioria de seus militantes do movimento estudantil. O PCB desaprovava a luta armada, mas Aliança Libertadora Nacional (ALN), criada por Carlos Marighella, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o PC do B, não só aprovavam como também atuavam nela. Contudo, esses grupos divergiam doutrinariamente, sobre os métodos de luta, táticas e estratégias. Eles agiam isoladamente e não se articulavam. Os grupos de esquerda que pregavam a luta armada, assaltavam Bancos, explodiam bombas em lugares emblemáticos, como foi o caso do Consulado dos Estados Unidos, em São Paulo. Vários foram os episódios de violência. A situação do Brasil se agravou. O governo investiu fortemente na segurança e na repressão.

No início do mês de setembro, o Deputado Federal do MDB da Guanabara, Márcio Moreira Alves, discursou no Congresso Nacional desaprovando a ditadura e

sua violência militar. Ele ficou indignado pela invasão da universidade de Brasília, no dia 29 de agosto de 1968, pelas tropas do regime, que procuravam prender cinco estudantes, entre eles, Honestino Guimarães, presidente do Diretório Central. Nesta invasão, um estudante foi atingido na cabeça por um tiro de arma de fogo. Os militares usaram politicamente o discurso do deputado Márcio Moreira. Eles exigiram que o Parlamentar fosse punido por ofensa a honra e a dignidade das forças armadas. Costa e Silva aprovou a punição. O Supremo Tribunal Federal foi acionado pelos ministros militares. Este passou o problema para o Congresso, que negou depois de votação a licença para que o deputado fosse processado.

Costa e Silva realizou no Rio de Janeiro, no Palácio das Laranjeiras, a Quadragésima Terceira Reunião do Conselho de Segurança Nacional, com objetivo de avaliar a situação e providenciar medidas. Participaram da reunião o presidente da República, o vice-presidente, os ministros e membros do alto comando das forças armadas. Na reunião o presidente disse que teria que tomar uma decisão “optativa”: ou dava continuidade à revolução, ou deixava ela se desagregar. Disse ainda que não tinha apoio político e queixou-se da decisão do Congresso no caso Márcio Moreira Alves. Costa e Silva concedeu tempo para que os 24 participantes lessem a minuta do ato institucional, no final pediu que cada um opinasse. Pedro Aleixo, o vice-presidente foi o único a se opor.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo instituiu o Ato Institucional de número Cinco (AI-5), e fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado. Ao contrário dos outros Atos, o AI-5, foi criado com “vigência indefinida”.

Com o AI-5, o Executivo podia realizar tudo que quisesse: colocar o Congresso Nacional em recesso, Assembleias estaduais e Municipais; intervir nos Municípios e Estados; censurar a imprensa (esta atingiu auge da censura nesse período) privar os Magistrados de direitos e garantias; anular habeas-corpus; cassar direitos políticos e mandatos, entre outros. Este Ato forçou os jovens oposicionistas a atuar na clandestinidade.

Foi o tempo da censura, das prisões e das cassações. 94 Deputados Federais e 4 Senadores tiveram seus mandatos cassados. O deputado Márcio Moreira conseguiu exilar-se. Carlos Lacerda, ex-aliado dos militares, foi preso e teve seus direitos políticos cassados por dez anos, a partir do dia 30 de dezembro de 1968. Lacerda não mais retornaria a política. Ele morreu em 1977, no Rio de Janeiro. Centenas de intelectuais, jornalistas e políticos são presos, Juscelino

Kubitschek foi um deles. Jornais foram impedidos de circular. Com o acirramento, a linha dura militar fortalece a repressão política.

No início de 1969, Daniel Krieger, Senador e presidente da ARENA, deixou a presidência de seu partido, por discordar do AI-5. Em fevereiro, o governo editou o Ato Institucional de Número Seis (AI-6), e reduziu de 16 para 11 os Juizes do Supremo Tribunal Federal. No dia 26 de fevereiro, circulou o Ato institucional de Número Sete (AI-7), que proibiu eleições em 1969, e o Decreto-Lei 477, chamado de “AI-5 dos estudantes”, este demarcou infrações disciplinares cometidas por estudantes, professores e funcionários de instituições de ensino público e particular. No mês de março, saiu o Decreto-Lei, que autorizava a enquadrar os ladrões de Bancos na LSN. O presidente Costa e Silva baixou seis Atos Institucionais e complementares. Em 14 de agosto de 1969, apareceu o Ato Institucional de Número Onze (AI-11), que estabeleceu eleições coincidentes para 1970.

Costa e Silva, em maio de 1969, entregou a Pedro Aleixo, vice-presidente, a tarefa de elaborar e coordenar um anteprojeto de Constituição.

Na tarde de 27 de agosto de 1969, em Brasília, o presidente Costa e Silva foi acometido de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), afastando-se da presidência da República em 31 de agosto. Veio a falecer em 17 de dezembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro. Ele governou sob forte tensão e teve um governo difícil.

Assumiu temporariamente o poder uma Junta Militar nomeada pelo Ato Institucional de Número Doze (AI-12). A Junta foi composta pelo ministro do Exército, Lira Tavares, Ministro da Marinha, Augusto Rademaker e o ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo. Os militares não consentiram a posse de Pedro Aleixo, vice-presidente, considerado político democrata.

No dia 22 de outubro de 1969, a Junta militar assinou o Ato Complementar de Nº. 17, que teve a função de reabrir o Congresso Nacional, para que este realizasse a eleição do novo presidente. Os militares confirmaram a escolha da chapa encabeçada pelo general Emílio Garrastazu Médici, comandante do terceiro Exército, para presidente e do vice-presidente, o almirante Augusto Rademaker. O Congresso elegeu esta chapa, que recebeu 273 votos e 76 abstenções.

Em 30 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici tomou posse como presidente do Brasil. Começou a vigorar também a Emenda Constitucional de Nº. 1, instituindo várias mudanças na Constituição de 1967, que representou para alguns estudiosos outra constituição, a Constituição de 1969.

O presidente Médici governou até o dia 15 de março de 1974, fez um governo intolerante e extremamente duro. A repressão política em seu governo foi aprofundada. O Brasil ainda teve dois governos militares, que foram: Ernesto Geisel governou (de 1974 a 1979) e João Baptista Figueiredo (de 1979 a 1985) (COUTO, 1999).

4.1.3 - Estrutura legal do novo regime

Logo após a deposição de Jango, os ministros militares redigiram um manifesto à nação, justificando o golpe, mostrando sua legalidade e a importância do Ato Institucional. Foram os mesmos que no dia 09 de abril de 1964 decretaram o primeiro Ato institucional (AI) realizado por Francisco Campos, que só passou a ser chamado de AI-1 depois que foi baixado o segundo AI, tendo sido no total de dezessete. Eles tinham em mente a idéia de formular um plano que devolvesse à paz da nação e afastasse os inimigos dela; neste caso, os comunistas e subversivos. (Alves, 1984).

Abaixo o pronunciamento militar de 31 de março de 1964.

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destituiu o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução

vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação. Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte (CONY, 1964).

Com o Ato Institucional Nº. 1 já ficava evidente os objetivos de longo prazo. Com um objetivo tão amplo, caracterizava-se a intenção de uma longa permanência dos militares no poder. Diferentemente de outras experiências intervencionistas já ocorridas, nas quais os militares sempre devolviam o poder aos civis, aquela iria se prolongar por longos 21 anos.

O AI-1 – O primeiro Ato institucional. Era composto de 11 Artigos e vigoraria por 06 meses. Ele foi idealizado com o intuito de legitimar a repressão contra os inimigos políticos dos militares e oferecer maiores poderes ao presidente. Poder este que o autorizava aposentar ou demitir funcionários públicos e cassar mandato e direito político por 10 anos de quem fosse contrário ao Regime. No dia 10 de abril de 1964 foi anunciada a primeira lista dos que não eram a favor do novo governo e foram atingidos pelo AI-1.

Estes são alguns dos que perderam seus direitos políticos: João Goulart – ex-presidente; Jânio Quadros – ex-presidente; Luís Carlos Prestes – secretário-geral do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB); Miguel Arraes – governador deposto de Pernambuco; Leonel Brizola – deputado federal e ex-governador do Rio Grande

do Sul; Osni Duarte Pereira – desembargador; Celso Furtado – economista; Josué de Castro – embaixador; Abelardo Jurema – ministro deposto da Justiça; Almino Afonso – ex-ministro do Trabalho; Paulo de Tarso – ex-ministro da Educação; João Pinheiro Neto – presidente deposto da Superintendência da Política Agrária (Supra); Darcy Ribeiro – reitor deposto da Universidade de Brasília; Raul Ryff – assessor de imprensa de Goulart; Samuel Wainer – jornalista; Osvino Ferreira Alves – marechal, presidente deposto da Petrobrás; Argemiro de Assis Brasil – general-de-brigada; Luís Tavares da Cunha Melo – chefe do Gabinete Militar de Goulart; Néson Werneck Sodré; Cândido de Aragão – almirante, Pedro Paulo de Araújo Suzano – almirante. Também varios líderes sindicais. Tiveram ainda 41 deputados federais totalizando 102 cassados. Cento e vinte e dois oficiais foram também expulsos das Forças Armadas

AI-2 – 27 de outubro de 1964. Era composto de 33 Artigos, redefinindo os termos do AI-1 de forma autoritária. Nele se constituiu as eleições indiretas para presidente, dissolveu todos os partidos políticos, os ministros do STF passaram de 11 para 16, mandava que reabrisse os processos contra os inimigos do atual regime, impedia a reeleição do presidente e dava o direito ao mesmo de, a qualquer momento que sentisse necessidade, declarar estado de sitio por 180 dias, mesmo sem a autorização do Congresso, entre outros.

AI-3 – no dia 05 de fevereiro de 1966, foi editado o terceiro Ato. Este fixou o calendário eleitoral e estabeleceu eleições indiretas para governador e vice. Ele deu também aos governadores o poder de escolher os prefeitos das capitais estaduais. Com isso o presidente colocaria na administração estadual e municipal pessoas que não fossem contrárias ao regime.

AI-4 – no dia 07 de dezembro de 1966 foi editado o quarto AI. Este convocava o Congresso nacional para que, em sessão extraordinária, fosse discutida, votada e promulgada a nova Constituição. Enquanto o congresso ficasse ocupado com os trabalhos o presidente poderia governar por decretos quando envolvesse a segurança nacional, administrativa e financeira (CALICCHIO, 2007).

AI-5 – depois de um discurso feito pelo deputado federal Marcio Moreira, que no entender dos militares era uma afronta ao regime e à sua dignidade, o presidente mandou ao congresso um pedido de licença para processar o citado deputado. Os parlamentares, através de votação, indeferiram a solicitação. Este foi um dos principais motivos para que, os militares, no dia 13 de dezembro de 1968 editassem

o mais perverso e cruel Ato até então posto em prática; foi também o que ficou mais conhecido na posteridade. Outro motivo eram os embates que vinham acontecendo contra estudantes e subversivos, muitas vezes apoiados pela Igreja e classe média. Foi nesse período que ocorreu a primeira greve desde a implantação do regime. Este Ato dava ao presidente poderes quase ilimitados. Ele tinha o poder de fechar o congresso, cassar direitos políticos e mandatos, confiscar bens daqueles que fossem suspeitos de enriquecimento ilícito, suspender o hábeas corpus, entre outros. Foi também nesse momento que foi confiscado o livre arbítrio individual; era, a partir desse momento, proibido reuniões ou qualquer tipo de aglomeração realizada pela população civil.

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar o Congresso, que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos (FAUSTO, 2006, p. 265).

Este período que se insere, do AI-1 ao AI-5, ou seja, de 64 a 68, configura uma fase de muitas perseguições e várias prisões, onde algumas culminaram com a morte dos encarcerados. Ocorreram também várias cassações de mandatos, entre outras atrocidades. Além do AI existiram também os Atos Complementares, que eram editados quando aparecia alguma alteração que não estava incluída no Ato Institucional que vigorava naquele período (CONTREIRAS, 2005).

AI-6 ao AI-17 – Estes Atos serviram para, ao longo do regime dar mais sustentação e ampliar os poderes já constituídos pelo AI-5.

AI-6 – 01 de fevereiro de 1969. Reduziu os ministros do STF de 16 para 11 e os crimes contra a segurança do país passariam a ser julgados pelo tribunal militar. Com isso, o STF perdia atribuições e poderes.

AI-7 – 26 de fevereiro. Suspendeu todas as eleições acabando assim com o calendário eleitoral até o ano de 1970.

AI-8 – 24 de abril. Acelerou a reforma administrativa, dando poderes aos governadores e prefeitos, com população superior a 200 mil pessoas, para através de decretos realizar suas próprias reformas.

AI-9 – 25 de abril. Este dava ao presidente a condição de realizar desapropriações de terras com o intuito de se fazer uma reforma agrária. Autorizava

também que as indenizações fossem pagas com títulos da dívida pública e que seriam reembolsadas no período de 20 anos.

AI-10 – 16 de maio. Neste momento o Brasil teve uma grande queda e prejuízos nos setores de pesquisa, pois este Ato ampliava as cassações. A partir deste momento, todos aqueles que fossem cassados ou perdessem seus direitos políticos não poderiam fazer parte da administração direta ou indireta nem dos quadros de pesquisas das universidades.

AI-11 – 14 de agosto. Foi elaborado um novo calendário onde as eleições ocorreriam em uma única data: 15 de novembro de 1969. Nesse período existiram vários conflitos armados no país e duas das principais frentes eram a Vanguarda Popular revolucionaria (VPR) e o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8). Ambos foram sufocados pelo regime.

AI-12 – 30 de agosto. Através deste Ato foi criada uma junta para que assumisse a administração do Brasil. Pois, por motivo de doença, o então presidente Costa e Silva teria que se afastar do cargo e os militares não queriam que o poder passasse para as mãos de um civil, no caso, o vice-presidente (Pedro Aleixo).

AI-13 – 05 de setembro. Este ato mandava varrer de todo o território aqueles que trouxessem perigo ou fizessem algum mal a nação.

AI-14 – 05 de setembro. Instituiu a pena de morte e prisão perpétua no país, modificando a Constituição de 1967, em caso de perigo ao bem-estar da nação.

AI-15 – 09 de setembro. Mudou a data das eleições de prefeitos para 15 de setembro de 1970.

AI-16 – 14 de outubro. Foram declarados vagos os cargos de presidente e vice. Com isso, era destituído do cargo o vice-presidente Pedro Aleixo. E ainda marcou-se para 25 do mesmo mês as eleições para presidente que seria realizada pelo Congresso.

AI-17 – 14 de outubro. Dava o poder da junta governamental colocar na reserva dos quadros militares aqueles que fossem contra o regime vigente no país ou causasse algum tipo de perturbação ao mesmo (FLAKSMAN, 2007).

Em 15 de março de 1967, o marechal Costa e Silva, candidato único, tornou-se o novo presidente do Brasil (se afastando em 31 de agosto de 1969 por motivo de doença) e em 30 de outubro de 1969, após o processo de escolha que se deu dentro das três Armas, o general Garrastazu Médici foi empossado como novo presidente do país. Para tanto, foi reaberto o Congresso com o fim específico de

elegê-lo. Neste mesmo período uma nova Constituição foi entregue ao povo brasileiro através da Emenda nº1 de 17 de outubro de 1969. Depois dessa emenda constitucional não foi editado mais nem um Ato Institucional. (FAUSTO, 2006)

Podemos concluir que o regime autoritário implantado no Brasil, na década de 60, teve uma grande influência das décadas anteriores, período que foi dominado pela Guerra Fria. Os Estados Unidos da América fizeram de tudo para impedir o comunismo nas Américas, através de apoio aos regimes autoritários. Com a derrubada do Presidente João Goulart, o regime conseguiu se institucionalizar no Brasil, o que significa dizer que foi construído toda uma estrutura jurídica, de forma a possibilitar sua consolidação e continuidade; isso ocorreu através dos Atos Institucionais que foram colocados em vigor naquele período.

5.0 - ANOS 60 E O REGIME MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

O fim da segunda Guerra Mundial modificou a vida da pacata e provinciana capital do Estado (Natal), principalmente nos costumes da cidade. Mas na política, segundo Marlene Mariz, mesmo com o fim do estado novo, as administrações dos estados se mantiveram, pelo menos temporariamente, inalteradas. Enquanto as forças políticas se organizavam, os partidos políticos se tornaram mais fortes e organizados. Não houve mudanças dos grupos que estavam no poder, houve apenas uma adequação ao novo regime. Nesse período foi fundado o PSD, no RN, fazendo parte nomes importantes como Georgino Avelino e Dioclécio Duarte, que se encontravam entre os políticos que lideravam as interventorias. Já os que se encontravam às margens do poder fundaram a UDN, nomes como José Augusto, Dinarte Mariz e Juvenal Lamartine. Café Filho, que deu início ao populismo no Rio grande do Norte e não fazia parte de nenhum daqueles dois grupos, presidiu o PPS, partido paulista fundado por Ademar de Barros. Houveram outros partidos de menor expressão como PTB e PCB, este último, por influência da Guerra Fria, foi posto em 1947 mais uma vez na ilegalidade. O Rio Grande do Norte teve como Governador eleito no período de 1947 a 1960, na ordem José Augusto (1947 a 1951), DixSept Rosado (1951), Sylvio Pedroza (1951 a 1955) e Dinarte Mariz (1956 a 1960). Aquela época foi de profundas mudanças manifestadas principalmente com o surgimento de organismos de desenvolvimento como a SUDENE e SUDAN. Mesmo assim a estrutura econômica do RN evoluiu lentamente.

Já no início da década de 1960, o Rio Grande do Norte (RN) foi sacudido pela política radical desenvolvida pelos grupos políticos existentes no Estado. E com a implantação do regime militar a partir de 1964 esse radicalismo se tornou mais forte; com isso, a política norterio-grandense passou por profundas mudanças. (MARIZ, 2005)

Dois grupos se destacavam como força política no RN nos anos 60. O primeiro tinha a guarda do líder populista Aluizio Alves, Jornalista, eleito Deputado Federal em 1946 pela primeira vez, aos 23 anos. Elegeu-se governador do Estado em 1960, aos 39 anos. Conquistou a admiração de políticos influentes, tais como: Juvenal Lamartine, Vivaldo Pereira, José Augusto, entre outros. Aos 11 anos de idade participou da fundação do Partido Popular do seu Estado, em 1933. O segundo grupo tinha a liderança de Dinarte de Medeiros Mariz, considerado um

político excepcional, eleito governador do Estado do Rio Grande do Norte em 1955; por cinco vezes exerceu o mandato de Senador, sendo que, pela última vez por indicação do presidente da República. Iniciou sua vida pública como prefeito de Caicó, foi o político norterio-grandense mais influente durante a vigência do regime militar no Brasil, gozava de amizade pessoal com o presidente Costa e Silva.

Sobre as eleições de 1960, no Rio Grande do Norte, segundo João Batista Machado (1998, p. 278). “As bandeiras tomavam conta das ruas e se alastravam por todos os lugares. O azul marinho e o rosa davam o colorido da campanha situacionista. Do outro lado, o verde da oposição anunciava esperança”. A população participou ativamente da citada campanha eleitoral, que não só iria escolher o presidente, mas também o governador e o prefeito. O Deputado Federal Djalma Marinho e Vingt Rosado, candidatos, respectivamente, a governador e a vice-governador pela UDN, apoiados pelo governador Dinarte Mariz, enfrentaram os candidatos, Aluizio Alves e Walfredo Gurgel, candidatos por uma conjunção de partidos, a chamada Cruzada da Esperança (PSD, dissidência da UDN, PTB, PTN etc.).

Aluizio Alves fez uma campanha inovadora quanto à metodologia de ação empregada, bem mais sofisticada, usando de maneira racional e inteligente, os meios de comunicação de massa (rádio e jornal). Criando slogans, como Fome ou Libertação?, Mendicância ou Trabalho?, ou ainda Miséria ou Industrialização?. Com isso queria mostrar ao eleitor a desordem em que o Estado se encontrava, recomendando uma transformação radical através da vitória da oposição. Segundo Aluizio, aquele triunfo marcaria o início de um processo de desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte. A Tribuna do Norte (que era de Aluizio Alves) serviu para influenciar determinados segmentos da sociedade, como intelectuais, estudantes e grande parte do funcionalismo público federal, estadual e municipal. Contribuiu igualmente para a tomada de decisão de muitos indecisos, com suas manchetes traçando um quadro inteiramente favorável aos candidatos da Cruzada da Esperança. Segundo Marlene Mariz (2005, p. 340) “A campanha eleitoral se desenvolveu em todo Estado num clima de grande exaltação política. Os candidatos levaram para o lado emocional, especialmente os que defendiam a candidatura de Aluizio Alves, gerando um radicalismo que florescia em ambas as partes”.

A situação difícil em que se encontrava o Estado foi uma das causas da vitória desta coligação partidária. Aluizio Alves era uma liderança carismática e

empolgava o povo com suas palavras, fortes e de apelo popular. Ciente de seu magnetismo pessoal, ele procurava por todos os meios manter o contato direto e pessoal com os eleitores. Os seus comícios e as suas passeatas impressionavam pelo número de participantes e pelo entusiasmo. Velhos, jovens, crianças e mulheres de todas as idades agitando nas mãos bandeiras e ramos verdes, cantando as músicas da campanha e gritando o nome de Aluizio. Um espetáculo nunca visto no Estado.

Enfim, Aluizio Alves aparecia como um homem comum, um homem do povo, que se identificava com os pobres, mostrando uma resistência física extraordinária, passando noites inteiras acordado, em vigílias, lutando e sofrendo sempre ao lado do povo. Aluizio Alves foi eleito governador do RN e Djalma Maranhão prefeito de Natal. A vitória de Aluizio reforçou sua liderança política no Estado, como também acirrou ainda mais o confronto político com Dinarte Mariz.

Antes da divisão de poderes, Dinarte Mariz e Aluizio Alves foram amigos, e também faziam parte do mesmo partido político, a UDN. Eles foram aliados políticos, mas devido a divergências, tornaram-se inimigos políticos. Na verdade o que fez com que Aluizio deixasse a UDN foi o veto de sua candidatura para governo do estado pelo governador Dinarte Mariz, que preferiu apoiar Djalma marinho. Isso fez com que Aluizio saísse do partido e se candidatasse pela coligação acima referenciada.

O governador eleito assumiu um governo com vários problemas, uma região atrasada e subdesenvolvida, com o funcionalismo e os fornecedores com o pagamento atrasado. A máquina burocrática, arcaica e ultrapassada, não oferecia condições para atender a demanda das iniciativas que ele desejava implantar. Em 1963, como governador, criou a Cosern - Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, que implantou a energia de Paulo Afonso no território potiguar. No campo das telecomunicações Criou a Telern que, juntamente com o plano de eletrificação e com a construção de estradas criou condições mínimas que possibilitariam o desenvolvimento do Estado.

Na educação foi onde ele encontrou os maiores problemas. Por essa razão, passou a ser uma das prioridades do seu governo. Naquela área, a situação não era boa, como demonstram os dados divulgados naquela época: mais de 65% de analfabetos; podendo-se afirmar que cerca de 80% da população ativa apenas sabia assinar o nome; das 250.655 crianças em idade escolar, as escolas estaduais só

podiam atender a 55 mil, enquanto as municipais apenas 27 mil e as particulares não abrigavam mais de 28 mil, num total deprimente de 110 mil matrículas. O déficit de mais de 140 mil crianças sem escola, sem nenhuma possibilidade de aprender a ler e a escrever, representava mais da metade da população escolar. Para tentar mudar esse quadro, o governo elaborou diversos projetos que, para sua execução, contou com recursos da Aliança para o Progresso, da Sudene, do MEC e do governo do Estado. O governo lançou, então, o plano de "FAZER EM 3 ANOS O QUE NÃO SE FEZ EM TRÊS SÉCULOS". A grande meta seria alfabetizar 100 mil pessoas acima da idade escolar primária. O governo almejava ainda a extensão da escolaridade a todas as crianças do Estado e a construção de mil salas de aulas.

Aluízio Alves adotou uma política de bem-estar social. Investindo no campo da saúde, assistência social, habitação popular e abastecimento de água. Ampliou os serviços de abastecimento de água em Natal, Mossoró e Caicó. Instalou o serviço de mini-abastecimento em 30 municípios. Em Natal, no ano de 1965, com relação ao serviço de água, os prédios atingidos por esse benefício chegavam à casa dos 100%! O sistema de esgoto, na capital, atingia, em 1960, apenas 10% dos edifícios e em 1965, quando Aluízio deixou o governo, o índice já alcançava 75% dos edifícios.

No turismo, o Rio Grande do Norte não possuía nenhum hotel de grande porte. O governo construiu o Hotel Reis Magos, o primeiro de categoria internacional.

O poder público estadual criou ainda a Codern (Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte) para planejar o desenvolvimento, orientando os investimentos que modificaram a estrutura econômica do Rio Grande do Norte.

Contudo, não podemos esquecer que o Sr. Aluízio Alves era um legítimo representante das classes dominantes, que mantinha aliança com as oligarquias do Estado e com os Estados Unidos, que lhe concedeu a Aliança para o Progresso. Isto foi um verdadeiro golpe nas forças progressistas locais. Nesse período também ocorreu uma forte perseguição política, principalmente contra os movimentos sociais. Podemos destacar também o episódio da Polícia Militar que se aquartelou, para cobrar as melhorias prometidas pelo então governador, e foram reprimidos duramente, tendo seu Quartel sitiado pelo Exército Brasileiro a pedido de Aluízio. (MACHADO, 1998)

Naquela mesma época uma terceira força vinha se desenvolvendo na capital potiguar. Surgiu à figura de Djalma Maranhão, que foi um dos maiores líderes de esquerda nacionalista do Estado. Alcançou a prefeitura de Natal em 1960, eleito pelo voto direto. Djalma Maranhão defendia uma efetiva participação popular na administração pública municipal. Como prefeito, concentrou seus investimentos na área social, principalmente na área educacional, onde lançou a campanha “de pé no chão também se aprende a ler”. Djalma foi um político de ideologia antiimperialista. Esteve ao lado de Aluízio Alves na campanha eleitoral de 1960.

O governador e o prefeito, em poucos meses de administração, começaram a divergir politicamente. Eles possuíam estilos políticos diferentes. Logo o rompimento ocorreu. Em 1962, Aluízio Alves recusou-se a apoiar a candidatura de Djalma Maranhão para o Senado Federal, apoiando o seu vice-governador Walfredo Gurgel, donde sai vitorioso. Ele também apoiava o governo do presidente João Goulart. Mas, quando o movimento foi deflagrado, o governador Aluízio Alves mudou para o lado dos militares apoiando a deposição do presidente Jango; porém, o prefeito Djalma Maranhão continuou fiel à legalidade assumindo a “defesa da democracia”. (MARIZ, 2005)

5.1 - O GOLPE MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE

Ao se instalar a ditadura na capital do Rio Grande do Norte, a população ficou inerte aos acontecimentos, apenas os politizados (políticos, sindicatos e grêmios estudantis) sabiam o que realmente estava acontecendo. Houve uma grande perseguição aos intelectuais e políticos potiguares que eram contrários ao golpe, pois aqui no Estado não foi diferente do resto do país; os militares ditavam as regras e quem não as cumprissem arcava com as conseqüências (prisão, humilhação e muitas vezes morte). O povo natalense, que não sabia muito bem o que estava acontecendo ficou do lado do governador (Aluízio Alves), que depois de ter a certeza do golpe ficou do lado dos militares. Grêmios estudantis e sindicatos começaram a ser fechados. O prefeito de Natal (Djalma Maranhão), que era contrário ao golpe perdeu seu cargo, ele e todos seus assessores e partidários foram perseguidos, presos e muitos foram também torturados.

Definindo-se pelo apoio ao golpe, o governador assumiu com os militares o poder da ditadura no Estado e, usando o Ato Institucional com as leis de exceção, atribuiu-se o direito de, paralelamente aos militares, proceder investigações e prisões que já estavam sendo efetuadas sob a responsabilidade do major do Exército Heider Nogueira Mendes, na qualidade de presidente da Comissão Geral de Investigação no Rio Grande do Norte, substituído, depois pelo capitão Ênio de Albuquerque Lacerda (GALVÃO, 2004, p. 205).

O Governador do Estado do RN a princípio ficou indeciso em apoiar o presidente Jango ou os militares. Mas com a pressão exercida pelos militares, Aluízio Alves optou pelo lado dos golpistas. Em 01 de abril de 1964 ele redigiu um manifesto apoiando o golpe, intitulado “Ao Povo”, (GÓES, 1999).

Segue abaixo:

O governador do Rio Grande do Norte, agora informado das razões e objetivos do movimento ontem deflagrado sob a liderança de Magalhães Pinto, quer manifestar o seu apoio aos ideias dessa posição que visa a autêntica legalidade democrática realmente ameaçada por atitudes fatos que não eram ainda do conhecimento público. Lamenta que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte, no plano do seu desenvolvimento econômico e social, além de uma luta áspera por modificar estruturas que precisam ser urgente e profundamente reformadas para atender aos anseios progresso nacional, não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das forças armada, o restabelecimento da tranqüilidade e da paz, cujos anseios estão sendo interpretados pela firme e corajosa atitude do governo de Minas. O governador do Estado pede ao povo que fique tranqüilo e confie no esforço que fará para resguardar os melhores interesses do Rio Grande do Norte e da democracia (DIÁRIO OFICIAL, nº. 544, 02/04/64).

O prefeito de Natal Djalma Maranhão, diferente do governador, fez oposição ao golpe. O mesmo comunicou às autoridades policiais que seria solidário ao presidente João Goulart e ficaria do lado da democracia. Foi na noite deste mesmo dia que, do seu gabinete, onde estava reunido com seus aliados políticos e secretários, numa atitude corajosa, ele convoca a população através de notas oficiais para que se crie uma resistência ao golpe (MARIZ, 2005).

A seguir um trecho da primeira nota redigida por Djalma:

O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do povo e do País do imperialismo e do latifúndio, a concretização das Reformas de Base do amanhã mais justo e mais feliz do

Brasil. O prefeito Djalma Maranhão (...) cumpre a sua obrigação de dizer que a Prefeitura é a casa do povo onde se instala nesta hora, o Q.G. da legalidade e da resistência (DIÁRIO DE NATAL, 01/04/64).

Na capital do Estado o povo também se manteve passivo. Nesse momento, os militares unidos ao governador Aluísio Alves conseguiram, através de medidas preventivas, coibir qualquer tipo de manifestação que a população de Natal cogitasse perpetrar. Os militares proibiram qualquer tipo de acúmulo de pessoas, isso era motivo de advertência, principalmente se estas fizessem parte da classe estudantil ou operariado. Passeatas e comícios também foram vetados, especialmente se fosse de encontro aos ideais do regime. Na prefeitura de Natal onde havia se instalado, segundo Djalma, “o QG da legalidade”, o clima era de aflição e piorou com a chegada da notícia que Jango tinha sido deposto do cargo de presidente do Brasil. Nesta mesma noite, a prefeitura foi invadida por uma guarnição do Exército, que age com truculência com aqueles que ocupavam o gabinete do prefeito. Segundo Mailde Pinto, (2004, P. 44) “Apontando uma metralhadora em nossa direção, o oficial gritava muito nervoso: Acabou a baderna. Pra fora, seus comunistas!”. Nessa ocasião foram presos Djalma Maranhão, o vice-prefeito, Luís Gonzaga e o presidente do Sindicato da Construção Civil, sob a acusação de serem comunistas. Os outros que se encontravam naquele ambiente foram banidos do local.

Quando aconteceu o golpe Dinarte Mariz tentou junto ao presidente Castelo Branco a cassação de Aluísio, mas não logrou êxito. Para se manter no poder, o governador apoiou o regime, e ele próprio organizou várias ações de repressão. Elaborou uma Comissão Especial de Investigação, que tinha como principais integrantes dois policiais que vieram de Pernambuco, Carlos Veras e Domingos da Silva; estes tinham o poder de intervir sobre qualquer cidadão que eles achassem que poderia ser uma ameaça para segurança nacional, investigando, prendendo, interrogando e até mesmo torturando. O Estado do Rio Grande do Norte foi o único a criar uma comissão de investigação paralela.

Pode-se dizer que o movimento militar de 64 entre outras repercussões manifestou-se no Rio Grande do Norte pelo número de cassações e perseguições políticas a estudantes, intelectuais e políticos, entre os quais o ex - prefeito Djalma Maranhão, que morreu exilado no Uruguai e o ex - deputado Luís Maranhão Filho que desapareceu por essa época, assim como muitos outros (MARIZ, 2005, p. 361).

Natal amanheceu no dia 02/04/64 com seu administrador preso, sob a acusação de usar o Programa Educacional “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” para incutir na mente dos natalenses idéias comunistas. Na verdade ele tentava com este projeto levar a educação às comunidades mais pobres da Capital, através de barracões que serviam de sala de aula e bibliotecas itinerantes. Seus colaboradores também foram perseguidos, ou melhor, todo aquele que de alguma forma mantinha um relacionamento com o prefeito passou a ser investigado. No dia três de abril de 1964, foi realizado o “Impeachment” do prefeito e do vice - prefeito de Natal, que foi acordado por unanimidade pelos 21 vereadores da Capital (GALVÃO, 2004).

Segue o texto de declaração firmada pelos representantes da Câmara Municipal de Natal:

Declaramos que votamos o Impeachment do prefeito e do vice-prefeito por estarmos certos de que estamos defendendo a Democracia, que se define na liberdade de pensamento individual. Tomamos tal atitude por não estarmos coagidos por ninguém e reconhecemos a plena vigência da Democracia (DIARIO DE NATAL, 03/04/64).

Através de um fragmento de seu livro podemos ter a idéia de como Djalma Maranhão fazia sua administração e como ele trabalhava para o povo. Segue abaixo:

Djalma não administrava para o povo – Djalma administrava com o povo. Com ele a democracia era mais o governo do povo do que pelo povo e para o povo (...) A intervenção militar de 1964 tinha de pegá-lo, porque não podia aceitar o povo no governo. Cassou Djalma Maranhão, prendeu Djalma Maranhão e terminou por exilá-lo. (MARANHÃO, 1984, p. 74).

Varias lideranças católicas do Estado que eram contrárias ao regime foram perseguidas, principalmente os que eram envolvidos de alguma forma com os Sindicatos. Pela primeira vez no Rio Grande do Norte mulheres foram presas por participarem de algum tipo de movimento político. Podemos citar algumas: Diva da Salete Lucena e Margarida de Jesus Cortês, pedagogas da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e Mailde Pinto Galvão, diretora de Documentação e Cultura da Prefeitura do Natal. Houveram várias outras prisões que se seguiram durante toda a Ditadura (GÓES, 1999).

Foi nesse mesmo período que, se aproveitando do radicalismo dos militares, alguns políticos da UDN começaram a acusar seus adversários da esquerda nacionalista de terem atividades subversivas, fazendo com que fossem envolvidos em algumas IPMs. E com isso conseguiriam eliminar a concorrência. Quando foi criado o bipartidarismo através do AI-2, Aluizio Alves filia-se à ARENA, partido do governo militar, conseguindo com essa manobra eleger-se Deputado Federal em 1966. Consegue também que seu sucessor ao governo do Estado, Walfredo Gurgel, seja eleito, derrotando Dinarte Mariz, maior inimigo político do deputado eleito Aluizio Alves. Mesmo fazendo parte da mesma legenda, as idéias dos dinartistas e aluizistas eram contrárias, tornando a convivência cada vez mais difícil. Por isso, a ARENA no Rio Grande do Norte se dividiu em duas: ARENA verde, liderada por Aluizio Alves, e ARENA vermelha, liderada por Dinarte Mariz. (GALVÃO, 2004).

Dinarte Mariz tinha uma grande influência junto ao governo Costa e Silva (presidente eleito em 1967), e se aproveita disso para mais uma vez fazer sérias acusações ao governo de Aluizio Alves, que acabou causando o seu processo de cassação. Estas são algumas acusações feitas pelo governo militar: populismo, corrupção, abuso do poder econômico durante as eleições e atos que não eram compatíveis com os pensamentos do regime que foi implantado no país em 1964. Com isso, em 1969, por intermédio do AI-5, Aluizio teve seus direitos políticos cassados até 1973. Tiveram também os direitos cassados seus irmãos Agnelo Alves e Garibaldi Alves. Foi neste período que a família Alves ingressou no MDB, que se encontrava com a única alternativa de oposição, mas sem nenhuma força política. (MARIZ, 2005)

6.0 - METODOLOGIA

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que vem colaborando com a democratização do conhecimento, principalmente depois de sua incorporação na LDB (Lei nº 9394/96). A Ead surge hoje como uma possibilidade de assegurar a qualidade básica do ensino, desde que seja assegurado o caráter de diálogo através da interatividade dos sujeitos, sendo assim, o curso foi estruturado no modelo à distância para que se alcance um número maior de estudantes.

Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica. Foram examinados os fatos de um dos eventos políticos que marcou a história republicana brasileira, o golpe de 1º de abril de 1964, que ainda suscita debates e proporciona um vasto campo de pesquisa sobre olhares variados, na busca de desvendar cada vez mais o que ocorreu naquele período.

Nessa perspectiva, vários são os autores que discutem as concepções sobre o acontecimento, convergindo todos, de um modo geral, para a aceitação de que o novo regime instituído a partir de abril de 1964 teria surgido como uma decorrência do fim do populismo, modelo político que vigorava no Brasil na época em questão.

Para Thomas Skidmore (1996), o evento de 1964 foi motivado por dois fatos cruciais: O primeiro é que os militares naquele momento estavam ideologicamente unidos contra o populismo; eles tinham chegado à dedução que não se podia mais confiar nos políticos populistas, estes estavam dispostos a perturbar a delicada democracia do Brasil; o segundo fato foi que Goulart estava determinado a incorporar a esquerda radical, ou seja, nova guarda, à elite política do país. Esta esquerda objetivava conquistar o controle do poder político da nação, no intuito de acabar com a política de compromisso, e também expulsar a velha guarda, as lideranças políticas tradicionais. Devido à “linguagem violenta da esquerda radical”, os militares e os políticos tradicionais concretizaram o golpe.

Outro que também estuda o assunto, Boris Fausto (2006), defende que a implantação da ditadura militar no ano de 1964, não só se deu pelo esgotamento da perspectiva do desenvolvimento nacional autônomo, e do depauperamento do regime populista, mas sim pelo resultado das condições e das alternativas dos autores políticos que abandonaram qualquer tentativa de esforço em preservar a democracia. Estes praticavam a polarização de posições. Isso culminou em uma prova de força, entre os conspiradores vitoriosos e os esquerdistas sonhadores.

O historiador Ronaldo Costa Couto (1999) manifesta que o “Golpe de Estado desencadeado em 31 de março de 1964 depõe o presidente João Goulart e instaura regime militar no país, praticamente sem resistências”. Continua existindo até março de 1985, quando chega ao fim o governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo, quinto general presidente, e inicia a gestão do vice-presidente eleito, José Sarney, que assume o cargo, devido ao impedimento do presidente Tancredo Neves, acometido de doença. Por mais de vinte anos, o poder civil sentiu-se agoniado. Um período marcado pelo militarismo autoritário, restrição ou corte dos direitos constitucionais, polícia repressora, imprensa censurada, processo político controlado pelo casuísmo, esgotamento do poder Legislativo, redução do Judiciário e preponderância arbitrária do poder Executivo.

Mestre em História, Maria Helena Simões Paes (1993) afirma que “Em final de março, quando a operação militar se desencadeou, Goulart, sabendo que não contava mais com apoio militar, preferiu o exílio, saindo do país a quatro de abril”. O Congresso Nacional alguns dias antes completou o golpe manifestando vacância da presidência, logo assumida pelo presidente da Câmara Federal. As esferas de atuações sociais que tomaram parte do movimento civil-militar de 1964 reuniam uma classe heterogênea apesar de expectativas comuns: reprimir os movimentos dos grupos dominados, destruição do comunismo e a reorientação do sistema econômico.

O populismo se sustentava da política de dominação do proletariado e de concessões à burguesia. O Estado controlava o trabalhador através da política trabalhista, enquanto defendia os interesses das elites. Quando o populismo deixou de ser uma ferramenta utilizada a favor da burguesia, o “golpe” logo foi providenciado.

Foi analisada a história do populismo no Brasil, vimos que o sistema populista tomou outro rumo a partir da morte do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 54. O novo período populista foi notavelmente marcante devido ao aparecimento de algumas divergências. A democracia caminhou a passos largos. O nacionalismo atingiu seu auge. O desenvolvimento econômico estava em alta, porém teve grande acréscimo da pobreza, corrupção, da inflação e da dívida externa. Surgiram várias comoções populares. Foi o momento em que as forças armadas e os oposicionistas conquistaram ascensão e planejaram o “golpe” de 1964.

Podemos verificar que o regime autoritário implantado no Brasil, com a derrubada do Presidente João Goulart, conseguiu se institucionalizar, o que significa dizer que foi construído toda uma estrutura jurídica de forma a possibilitar sua consolidação e continuidade. Isso ocorreu através dos Atos Institucionais que foram colocados em vigor naquele período.

Com isso minha pesquisa se justifica por buscar mostrar aos alunos, do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, um fato concreto de como se deu a instauração do regime militar.

Serão utilizadas no curso duas ferramentas que serão de extrema importância. A primeira é o fórum, que é uma ferramenta de interação, em que o professor posta mensagens ou realiza discussões sobre um determinado tópico. Há fóruns de apresentação e boas vindas, fóruns para tirar dúvidas, fóruns de notícias e fóruns para debates de aprofundamentos sobre temas específicos da disciplina, entre outros. É o professor-tutor quem abre o fórum, mas, em alguns, permite-se aos alunos que acrescentem novos tópicos de discussão. A outra ferramenta será o chat que é um espaço que permite uma discussão em tempo real entre vários usuários, (certos chats permitem, contudo registrar as conversas).

O curso terá uma carga horária de 60 horas e uma duração de 03 meses. Serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): material impresso que poderá ser entregue, mas o conteúdo estará no ambiente virtual, vídeos, fóruns (onde serão feitas discussões sobre o material estudado), chats (para que os alunos possam discutir e tirar dúvidas em tempo real com o tutor), Tarefas (onde será avaliado o que foi assimilado pelo o aluno) e E-mail (possíveis dúvidas entre aluno/tutor e aluno/aluno).

6.1 – AVALIAÇÃO

A forma de avaliação e acompanhamento de um curso oferecido via Internet não é simples e deve ser criteriosa, constando do projeto do curso. A grande importância do educador é se preocupar com o objetivo do curso, pois esse deve oferecer, no final, um certificado de conclusão ao aluno. Os mecanismos de avaliação, durante e até ao final do curso, devem funcionar como segurança do reconhecimento da EAD pelos órgãos de competência (MORAN, 2006).

A relação de ensino aprendizagem, entendida sob a perspectiva pedagógica da construção do conhecimento, será efetivada pelo exercício contínuo da reflexão e do debate. Nesse processo, constituem procedimentos de avaliação: participação das tarefas, fórum e chat que terão notas que serão somadas a nota da avaliação final, que acontecerá de forma presencial, no CEFAPM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) e dividida por dois.

7.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que os anos delimitados pelo trabalho (1964 a 1968), foi o período em que ocorreram os principais acontecimentos do golpe. Pesquisas de documentos da época comprovam que os governos militares elaboraram e aprovaram Atos Institucionais que tinham como objetivo dar suporte legal à revolução. E foi a partir desta estrutura, denominada pelos estudiosos do tema como Instrumento Militar Legal, que eles colocaram em prática censuras, cassações de mandatos e direitos políticos, prisões, torturas e mortes.

Os militares que governaram o Brasil, representados pelo grupo Sorbonne e Linha dura, por diversas vezes fecharam e expurgaram o Congresso Nacional; deputados tiveram seus direitos políticos cassados e muitos foram exilados do país e nada puderam fazer. Vários Atos Institucionais, Atos Suplementares e Decretos foram promulgados, todos a favor do Poder Executivo Militar (que governou soberano).

Os militares procuraram, contudo, manter uma aparência de democracia, reabrindo o congresso que voltou a funcionar durante todo o período sob as ordens dos militares, e o legislativo perdeu grande parte de seus poderes. Naquela época a população ficou de fora, mais uma vez, das decisões políticas e muitos não sabiam sequer o que estava acontecendo.

A Ditadura Militar resumiu seus objetivos em dois: segurança e desenvolvimento, que são contestados, pois promoveram a segurança para o Estado à custa da insegurança da população, e poucos foram os beneficiados pelo desenvolvimento. Tudo isso vem confirmar a nossa posição em afirmar que todos os acontecimentos que antecederam os anos delimitados pelo trabalho foram realmente de suma importância para a sustentação de todo o período do regime militar.

Já no Rio Grande do Norte podemos dizer que não foi diferente do resto do país. Sobretudo nos anos 60, sua política foi sacudida pela radicalização desenvolvida pelos grupos políticos existentes no Estado. E com a implantação do regime militar, em 1964, a política potiguar passou, mesmo sendo administrada por civis, a ser regida pelo regime militar. Repetiu-se o que aconteceria em outras partes

do país, o desencadeamento de uma ação rápida e fulminante, sem espaço para qualquer tipo de resistência.

Não podemos esquecer, também, que o estado passou por um grande desenvolvimento da década de 60 aos anos 80, através do registro do grande número de cidades iluminadas com a energia de Paulo Afonso, da expansão das telecomunicações, se estendendo por toda a região, promovendo a articulação dos centros urbanos aos polos produtores e agilizando os negócios, como também o crescimento das rodovias estaduais asfaltadas.

Tivemos vários participantes que foram contrários ao golpe; como exemplo podemos citar o prefeito Djalma Maranhão, que marcou a história política de Natal quando transformou a prefeitura da capital, em 01 de abril de 1964, no “QG da legalidade” para defender a democracia e por este motivo, foi cassado, preso e posteriormente exilado para o Uruguai. enquanto o governador do estado se entregou sem luta, ou melhor, passou para o lado dos militares. O mesmo cumpriu seu mandato até 1965 e teve seus direitos políticos cassados em 1969 pelo mesmo governo militar, que ele havia apoiado.

REFERÊNCIAS

A verdade que não é secreta. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas Ltda., Ltda., 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira, Tese de doutorado, 1984. (***A EXPERIÊNCIA PARTIDÁRIA NO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL***).

CARVALHO, Ana Beatriz e Silva. ***Políticas Públicas em EAD***, IV Seminário Regional de Políticas e ADM da Educação do Nordeste, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. ***História Indiscreta da Ditadura e da Abertura:*** Brasil: 1964-1985. 3ª ed. Rio de Janeiro: Recorde, 1999.

CONTREIRAS, Hélio. ***AI-5 A Opressão no Brasil.*** Rio de Janeiro: Record , 2005.

CONY, Carlos Heitor. ***O Ato e o Fato.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

FAUSTO, Boris. ***História Concisa do Brasil.*** São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA, Jorge. ***O Brasil Republicano Vol. 4, O Tempo da Ditadura.*** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FELIZ Ano Velho, Brasil, dirigido por Roberto Gervitz, drama, 105 minutos, Universal Home Vídeo, 1987.

GÓES, Moacyr de. ***2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio.*** Natal: ArtprintLtda, 1999.

GALVÃO, Mailde Pinto. ***1964: Aconteceu em Abril.*** Natal: EDUFRN, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. ***Anuário Estatístico do Brasil,*** Vol. 60. Pg. 2/10-13. IBGE, 2000.

MAIA, Carmem. **Guia Brasileiro de Educação a Distância**. São Paulo, Esfera, 2002.

MARANHÃO, Djalma. **Cartas de Um Exilado**. Natal: Clima, 1984.

MACHADO, João Batista. **Perfil da República do Rio Grande do Norte (1889-2003)**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

_____. **1960: Explosão de Paixão e Ódio**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MORAN, J.M. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias**. 2002.
www.eca.usp.br/prof/moran – 12/07/2011

NUNES, Ivônio B. **Noções de educação a distância**. Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância.

NEGRO, Antonio Luigi. **Capítulo Trabalhadores, sindicatos e política**, in: FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano Vol. 3, O Tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pág. 47 – 96.

PRA FRENTE Brasil, dirigido por Roberto Farias, Brasil, drama, 104 minutos, Embrafilme, 1982.

TEPERINO, Adriana Silveira e outros. **Educação a distância em organizações públicas**. Brasília. ENAP, 2006.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/internet> -12/07/2011

<http://www.mundosites.net/historiadobrasil/ditaduramilitar.htm> - 14/07/2011

http://cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm - 14/07/2011

http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/regime_militar/abre.html - 23/07/2011

<http://pt.kioskea.net/contents/www/chat> – 06/09/2011

<http://www.uab.unb.br/index.php/canais/duvidasforum> - 06/09/2011